In memoriam

«Cadernos» recordam neste número a memória da colega Dr.ª Emília Félix, primeira conservadora do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, falecida há precisamente quatro meses.

Formada em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra, concluiu em Lisboa o Curso da Escola Normal Superior no intuito de seguir a vida de ensino, mas em breve decidiu dar novo rumo à sua actividade, tirando para isso o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, então na capital, onde se distinguiu pela sua inteligência e trabalho.

Primeiramente bibliotecária da Biblioteca da Ajuda, passou poucos anos depois para o A. N. T., onde fez, podemos dizer, toda a sua carreira de arquivista. Trinta e tal anos

de trabalho e dedicação insuperável!

Como primeiro-conservador mais antigo, exerceu funções de direcção da Torre do Tombo durante três anos. Recordamos que, tendo-se realizado, aquando do nosso 2.º Encontro, a primeira exposição das espécies mais valiosas do Arquivo, exposição que alcançou uma projecção nacional nunca esperada, a Dr.ª Emília Félix cooperou nessa iniciativa, dando-lhe todo o seu apoio e entusiasmo.

Além do trabalho oficial, a nossa colega trabalhou sempre para eruditos e historiadores, auxiliando-os nas suas buscas e lendo, como paleógrafa distinta que era, inúmeros documentos

das mais diversas proveniências.

Doente há tempo, nem por isso deixara de trabalhar. Impossibilitada de vir ao Arquivo, — e com que dificuldade ela viera durante largo tempo! — mesmo em casa continuava com os seus trabalhos de paleógrafa, esquecendo dores e cansaço para levar até final os trabalhos que tinha em mãos.

Lembremos, para acabar esta nossa nota, um facto curioso que poderemos apelidar de

triste coincidência.

Achando-se com mais forças, a nossa colega apresentou-se ao serviço no dia 25 de Janeiro, dizendo que já tinha saudades do seu gabinete e que econòmicamente não podia estar mais tempo ausente do serviço. Nenhum dos seus colegas, que há largos meses a não viam, podia pensar que fora a sua despedida. Ela parecia que adivinhara que no dia seguinte cairia vencida pela morte, com que já por tantas vezes travara luta. Batalhadora como era, só podia ser vencida à traição, e assim sucedeu.

Que a sua alma repouse na paz do Senhor (1).

A inauguração da Biblioteca Nacional de Lisboa

No dia 10 de Abril do corrente ano foi solenemente inaugurado pelo Senhor Presidente da República o novo edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa, que se situa no Campo Grande, em terrenos da Cidade Universitária. Assistiram ao acto Sua Eminência o Senhor Cardeal

⁽¹⁾ Agradecemos ao nosso colega Dr. Jorge Hugo Pires de Lima a redacção desta notícia.

Patriarca de Lisboa, vários Ministros e Subsecretários e outras altas individualidades. Presentes também, os bibliotecários que trabalham naquela Biblioteca e alguns de outras instituições.

O Chefe do Estado depois de descerrar a lápida comemorativa, e feita a bênção das novas instalações por Sua Eminência, dirigiu-se para o Teatro-auditório onde iria decorrer a sessão solene em que o Ministério das Obras Públicas faria a entrega do edifício ao Ministério da Educação Nacional.

Organizou-se depois uma curta visita em que o Supremo Magistrado da Nação teve oportunidade de conhecer algumas secções da Biblioteca Nacional, assim como de inaugurar as exposições preparadas para aquela ocasião: Actividade Editorial do Estado, Tesouros da Biblioteca Nacional, Exposição de Numismática e Antiguidades, Catálogos de Editores Estrangeiros, Obras recebidas em Março, Edições da Biblioteca Nacional e ainda a Exposição de Estatuária do Comandante Ernesto Vilhena.

Assim, a partir daquela data, dispõe a Biblioteca Nacional de instalações modernas e espaçosas que, esperamos, venham a resolver os graves problemas em que se debatia no velho edifício do Convento de S. Francisco, onde foi instalada em 1836, ano em que passou a ter a designação que ainda hoje conserva. Criada por Alvará de 29 de Fevereiro de 1796, no reinado de D. Maria I, a qual já reconhecia que «este saudável e digno estabelecimento» devia ter «um próprio e competente edifício» por várias vezes, de então para cá, tentaram-se medidas e ventilou-se o problema de dar à Biblioteca Nacional instalações próprias e condignas.

Só agora, porém, se conseguiu tornar realidade uma aspiração que logo surgira no momento em que fora fundada pela egrégia soberana.

O actual edifício, cujo projecto se ficou a dever ao Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, começou a ser construído em 1956, estando o ritmo da sua construção condicionado aos quantitativos variáveis com que o Governo ia dotando a obra, os quais atingiram montantes mais elevados a partir de 1965. Até à inauguração, as verbas totais despendidas somam cerca de 130 000 contos, prevendo-se ainda o gasto de 7 500 contos nos anos de 1969 e 1970 para expropriações ainda necessárias e execução de mobiliário.

Foi preocupação daqueles que delinearam o projecto separar radicalmente a zona do edifício reservada ao leitor, que é muito reduzida se tivermos em mente as dimensões globais do imóvel, da zona do livro e do pessoal. Para que esse fim fosse alcançado estabeleceram-se duas entradas fundamentais de onde se desenvolvem as duas grandes linhas de circulação exis-

tentes em todas as Bibliotecas e que têm por objectivo único o leitor e o livro.

Assim o leitor a partir do Átrio principal tem acesso imediato e fácil a todas as salas que lhe são destinadas. Dali pode passar ao Catálogo, que terá por função não só indicar cotas, mas também orientá-lo na medida em que este, desejando consultar uma Publicação Periódica ou Revista Estrangeira recentes, que, por não terem ainda formado volume, se não encontram no Depósito da Torre, deverá, voltando ao referido Átrio, dirigir-se à Sala de Leitura do Contrôle de Periódicos. Ainda dentro da Sala do Catálogo e junto ao acesso à Sala de Leitura Geral fica situado o balcão da Informação Bibliográfica, a que o leitor poderá recorrer sempre que necessitar ser elucidado. Do Catálogo passa-se imediatamente à Sala de Leitura Geral cujo contrôle de ocupação dos 224 lugares, que constituem a sua capacidade, se efectua através de um quadro electrónico onde surge um sinal luminoso sempre que um lugar é ocupado. A ligação da Sala de Leitura com os Depósitos faz-se por meio de tubos pneumáticos pelos quais se enviam para os respectivos Pisos da Torre as requisições. Os livros pedidos serão mandados à Sala de Leitura através dos seis monta-livros existentes para esse fim ou do monta-cargas, este para obras de maiores dimensões, e imediatamente distribuídos. Pretende-se assim, utilizando estes meios mecânicos de comunicação, reduzir ao mínimo o tempo que

decorre entre o momento em que o leitor entrega a sua requisição e o momento em que o livro chega às mãos daquele que o requisitou.

Sem sair da zona da Sala de Leitura, o leitor terá à sua disposição uma Sala de Fumo e um Terraço onde poderá descansar. Dispõe ainda a Sala de Leitura Geral de 12 gabinetes individuais de leitura para estudiosos que trabalhem em condições especiais de investigação.

Partindo do Átrio principal e utilizando o elevador encontrará o leitor no 2.º andar a Sala de Leitura dos Reservados, secção onde se guardam as espécies mais preciosas da Biblioteca Nacional. Espalhadas pela zona destinada ao público, e de harmonia com um melhor aproveitamento do espaço, existem salas de leitura especializadas como as da Cartografía, Estampas, Música, Microfilmes e também a Sala de Leitura para Cegos.

Nas novas instalações da Biblioteca Nacional a zona do livro com o seu circuito encontra-se perfeitamente delineada, devido à posição relativa que ocupam os diferentes serviços a percorrer pela espécie bibliográfica antes de ser arrumada no respectivo lugar. Assim, o livro, que entra na Biblioteca Nacional utilizando o outro acesso considerado também fundamental, de acordo com a sua origem segue para os servicos ou de Depósito Legal, ou de Compras, Ofertas e Permutas ou ainda de Trocas Internacionais, servicos esses «que se encontram distribuídos ao longo de uma vasta galeria por onde os portadores circulam independentemente dos outros servicos internos da Biblioteca» (1), sendo aí registado. A seguir passará pela Câmara de Expurgo para ser submetido a um tratamento de desinfestação ou esterilização conforme os casos. Só depois dará entrada nos serviços de Catalogação, onde será catalogado, cotado e classificado. Feitas as fichas para os diferentes catálogos o livro está pronto a ser enviado aos Depósitos através do monta-livros que liga a Catalogação aos Pisos da Torre. Esta, com 10 Pisos de altura, foi construída para guardar dois milhões de volumes, capacidade dupla das actuais necessidades da Biblioteca Nacional. Parece, pois, que durante alguns anos estará solucionado um dos seus graves problemas. No entanto a Torre poderá ser aumentada quer em altura quer em extensão, prevendo-se que as primeiras ampliações sejam feitas em comprimento prolongando-a para Sul. No dia em que isto se fizer a Torre ficará com capacidade para armazenar quatro milhões de volumes.

Possui ainda o novo edifício um Teatro-auditório com 236 lugares e que se destina à actividade cultural da Biblioteca. Pode funcionar como simples sala de conferências ou como um pequeno cinema ou teatro. Está localizado em zona afastada dos locais de leitura e de trabalho, podendo ficar por completo independente do resto do edifício se se fechar a única porta pela qual comunica com a Biblioteca. É, no entanto, de fácil acesso ao público na medida em que tem uma entrada privativa.

Também as artes decorativas estão bem representadas neste magnífico conjunto arquitectónico. Assim, logo no Átrio principal se podem admirar dois belos frescos do pintor Lino António, na Sala de Leitura Geral temos uma admirável tapeçaria cujo desenho se deve ao pintor Guilherme Camarinha e a sua execução à Fábrica de Portalegre; a cerâmica policromada do vestíbulo do Teatro-auditório feita pelo pintor Jorge Barradas merece também ser vista assim como o fresco da pintora Estrela Faria que se encontra na Sala de Leitura dos Reservados.

No exterior, a parte decorativa também não foi descurada. Podem-se admirar os baixos relevos da entrada principal do escultor Leopoldo de Almeida, as estátuas de bronze que ladeiam a entrada do Teatro-auditório feitas pelo escultor António Duarte e as quatro estátuas

⁽¹⁾ Monteiro, Porfírio Pardal — Extractos da Memória Descritiva da Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa, B. N. L., 1961, p. 10.

de pedra que se encontram no extremo norte do edifício e representam quatro figuras proeminentes da nossa literatura: Fernão Lopes, Gil Vicente, Luís de Camões e Eça de Queirós, cuja autoria se ficou a dever respectivamente aos escultores Martins Correia, Joaquim Correia, Euclides Vaz e Álvaro de Brée. (Maria Laura da Silva Pereira).

NOTA DA REDACÇÃO — Lamentamos que na distribuição dos convites tivessem sido esquecidas as pessoas mais directamente ligadas aos serviços técnicos de instituições similares, isto é, todos os bibliotecários e arquivistas dispersos pelo País, que gostariam de estar presentes a esta cerimónia da inauguração, tão significativa para a cultura nacional e para nós, bibliotecários, que a ela damos a nossa contribuição e o melhor do nosso esforço.

Discurso do Ministro da Educação Nacional na Inauguração do Novo Edifício

Em complemento da reportagem, publicamos integralmente o discurso de Sua Excelência, o Senhor Ministro da Educação Nacional, agradecendo àquele ilustre membro do Governo a sua deferência para com «Cadernos» ao permitir que o fizéssemos.

Cumpre-nos ainda chamar a atenção dos colegas para este facto: pela primeira vez se ouve públicamente falar, e por uma voz autorizada do Governo, em planeamento nacional de leitura. As palavras do Dr. Hermano Saraiva vêm de encontro à nossa esperança de um dia vermos as bibliotecas integradas no plano educativo do País.

Senhor Presidente da República

Seria suficiente a presença de Vossa Excelência para conferir ao acto que estamos a viver um alto significado nacional. Quando uma cerimónia de evocação histórica em que se relembra a glória do passado, ou uma realidade da vida económica, em que se semeia o pão para o futuro; sempre que um acontecimento da vida pública ligado ao trabalho, à defesa, à justiça, à saúde ou à cultura, tem o privilégio de merecer o desvelado interesse de Vossa Excelência, e a honra da sua presença egrégia, a Nação compreende que se trata de facto de excepcional relevo na vida portuguesa.

Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa

Dignou-se Vossa Eminência entrar hoje nesta casa. As bênçãos que lhe trouxe são, em si mesmas, o reconhecimento da função espiritual que dentro dela se há-de exercer.

Recordo que um dia Vossa Eminência afirmou que, no mesmo instante em que trocara o ensino universitário pelo magistério do Evangelho, elegera o Crucifixo para seu livro predilecto. Penso que se a essência de um livro é a lição que ele encerra não há no mundo livro maior que esse da predilecção de Vossa Eminência. Ele está no fundo de toda a cultura verdadeira, e constitui o melhor da significação espiritual da contribuição portuguesa para os progressos da civilização. Ao serviço dele há-de estar portanto o estabelecimento que Vossa Eminência veio abençoar, e, no mesmo gesto, revelar e apontar o caminho

Senhores Ministros, Secretários e Subsecretários de Estado

Minhas Senhoras,

Meus Senhores.

Disse há pouco que de verdadeiro e excepcional relevo é o acto que está neste momento a decorrer. Não se trata apenas — e já não seria pouco — da inauguração de um novo e excelente edifício em que vai funcionar a primeira biblioteca do país, e que vem dar realidade a uma aspiração muito antiga, a um desejo e uma necessidade que foram sentidos já pelos portugueses cultos do século XVIII. Recordo que no alvará de 29 de Fevereiro de 1796 já se prometia a construção de um «próprio e competente edifício, com suas acomodações e oficinas», construção que se dizia ter sido já ordenada. Em 1844 o Director da Biblioteca, que era então José Feliciano de Castilho — expunha ao Governo a «urgentíssima necessidade da mudança». E de então para cá, todas as gerações de estudiosos experimentaram a mesma «urgentíssima necessidade», todas escutaram as mesmas desanimadas promessas, e todas sofreram as mesmas constantes decepções.

Pois aí está finalmente «o próprio e competente edifício, com suas acomodações e oficinas». Foi concebido com nobre amplidão e está dotado de todas as condições técnicas exigidas pela missão a que se destina. É, como todos vão poder ver, uma obra magnífica, que honra o nosso país, enobrece a nossa cultura e constitui, em si mesmo, um elogio para os departamentos que tiveram a responsabilidade da

sua traça e realização.

No momento em que ela é entregue ao Ministério da Educação Nacional, não devo calar uma expressão de muito agradecimento a V. Ex.ª Senhor Ministro das Obras Públicas, pela eficiência e amplidão de critérios que presidiram a tudo quanto se refere a este estabelecimento. É uma congratulação que, através de Vossa Excelência, se dirige aos serviços, em particular à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e à Delegação das Novas Instalações para os serviços públicos. Mas que vai também, além dos serviços, para a ilustre pessoa de V. Ex.ª, cuja energia, firmeza de ânimo e resoluta inteligência tornou possível que este acto inaugural, há tanto tempo esperado, tenha enfim podido realizar-se. É mais um grande serviço que o Ministério da Educação Nacional fica a dever a V. Ex.ª, um grande serviço que vem somar-se a tantos outros de que o país já lhe estava devedor.

Representa porém a inauguração de hoje algo mais que a entrega ao Ministério da Educação Nacional de uma moderna instalação destinada a um serviço secular. Mais que de uma simples mudança de casa, trata-se da criação da possibilidade, de que até ao presente a nossa primeira biblioteca pública não dispunha, de exercer a acção de extrema importância que lhe pertence realizar no quadro de uma

política cultural ao serviço do país.

Uma grande biblioteca não pode ser um depósito inerte de livros, mas um instrumento activo da cultura de que o livro é o veículo. Com a mudança das instalações deverá portanto coincidir uma ampla renovação das suas actividades, as quais, sem descurarem os aspectos específicos da biblioteconomia, domínio em que à Biblioteca Nacional compete naturalmente exercer uma acção exemplar, se deverão orientar no sentido predominante do fomento cultural, da educação permanente e do apoio à investigação científica. Peço que me seja permitido aproveitar este momento para proferir, sobre cada um destes três aspectos, uma palavra de esclarecimento.

Na primeira das direcções que enunciei, procurar-se-á delinear e pôr em prática um plano nacional de leitura.

A análise dos elementos estatísticos de que dispomos revela que o movimento dos leitores das nossas bibliotecas, apesar do progresso constantemente registado nos últimos anos, não atingiu ainda valores que se possam reputar suficientes. O número de leitores subiu de cerca de 995 000 em 1957 para cerca de dois milhões e meio em 1967. Tem interesse notar que esta evolução coincide, quase rigorosamente, com a do número das bibliotecas postas à disposição do público. Não posso generalizar esta observação a todo o decénio, porque em 1960 a estatística oficial mudou o critério da sua notação, passando a registar apenas os valores referentes a bibliotecas com mais de cinco mil volumes.

Mas, entre 1961 e 1967, pode verificar-se que o número das bibliotecas passou de 105 para 258, e o dos leitores de 1 100 000 para 2 500 000. Em ambos os casos se registou portanto a multiplicação pelo factor 2, 5. As ilacções a tirar são, por um lado, a de que os progressos absolutos registados reflectem apenas o maior volume de serviço oferecido; por outro a de que, apesar da evidente aspiração de cultura

que caracteriza a nossa época, a taxa de utilização das bibliotecas se não alterou.

O valor que exprime a leitura no último dos anos considerados — 2 500 000 — é, aparentemente, um valor alto, quando referido à nossa população. Não se trata porém, a rigor, do número dos leitores, mas do número das presenças nas salas de leitura. No mesmo ano, o número das presenças nas salas de espectáculos de cinema, teatro e cultura musical foi de cerca de 30 000 000.

Por cada doze pessoas que se proporcionaram um divertimento, apenas uma consultou uma biblioteca. Este confronto é significativo porque os sectores de população que podem assistir a espectáculos remunerados de teatro ou de cinema é o mesmo que dispõe daquele mínimo de possibilidades de tempo e de curiosidade intelectual que podem conduzir à frequência das bibliotecas.

No caso especial da Biblioteca Nacional de Lisboa observa-se um declínio acentuado do movimento de leitura.

Da casa das trinta mil leituras anuais, atingida em 1957, subiu-se à das quarenta mil, em 1960. Mas a partir de então a curva desce até atingir, em 1967, a cifra de 17 000, da qual mais de um terço corresponde a estudantes universitários.

É um número muito baixo, quer se reporte à população da cidade, quer se refira à existência de mais de meio milhão de volumes que se guardam nesta casa.

Os leitores foram, além dos estudantes — em número de 6 763, pessoas que exercem profissões liberais (5 116) e funcionários públicos (3 026). O número de operários pouco excede a centena; o dos empregados de comércio andou também por aí. Estes factos são particularmente significativos, visto que a Biblioteca Popular de Lisboa não esteve aberta ao público no ano considerado.

É uma situação que tem de ser corrigida. As bibliotecas públicas estão abertas a todos, mas a sua função não é só a de disporem de livros para os leitores; compete-lhes também conquistarem leitores para os livros.

O plano nacional de leitura a que me referi deverá portanto tomar em consideração as situações profissionais e as possibilidades de tempo livre da população activa, por forma a que as nossas bibliotecas possam estar abertas também para os que trabalham. As modalidades da leitura nocturna, da leitura domiciliária, da leitura em férias, da leitura programada e da iniciação à leitura deverão ser postas em prática. Os acentuados desvios que se verificam naquilo a que se pode chamar a geografia da leitura têm de ser corrigidos. É natural a maior densidade das bibliotecas nas cidades universitárias, mas tem de fazer-se um sério esforço no sentido de eliminar as áreas sem leitura, que ainda hoje se observam em algumas regiões do país.

Os bens que pertencem à Nação e se guardam nas suas bibliotecas pertencem a todos os portugueses, e cada progresso que fazemos neste caminho só é possível em virtude do trabalho de todos os portugueses. Há pois que tirar dos fundos existentes a máxima utilidade, e a utilidade dos livros exprime-se pelo número das pessoas que os lêem.

Não está evidentemente na nossa mão conseguir que as pessoas que não sentem a vocação do saber, e que não estão interessadas em ampliar a sua cultura ou os seus conhecimentos profissionais, passem a frequentar as bibliotecas. O que está dentro das nossas possibilidades é remover todos os entraves actualmente existentes. E essa é uma tarefa urgente, porque por um lado corresponde a uma obrigação moral, e por outro coincide com as imperiosas necessidades do progresso cultural da nossa população.

A segunda das linhas a que me referi é a da integração da actividade das nossas bibliotecas e arquivos no conjunto de uma política nacional de educação permanente.

Sabe-se como uma das características do nosso tempo é uma aspiração geral de promoção cultural, experimentada por amplos sectores das populações. É um fenómeno que está muito relacionado, mas não convém confundir com o da subida do grau das qualificações técnicas requeridas pelas tarefas que o homem tem de exercer na sociedade contemporânea. A preparação técnica e profissional é, e deve continuar a ser, uma função escolar, que nos nossos dias exige acções complementares da actualização periódica, de aperfeiçoamento sucessivo e de reciclagem eventual. Mas não pode, evidentemente, durar a vida inteira,

nem pode mesmo prolongar a sua duração para além de certos limites: a população que estuda é mantida pela população que trabalha, e é manifesto que daqui resultam limites à duração da escolaridade.

Se o período da vida escolar é, pela sua própria natureza, limitado e preliminar em relação ao período da vida activa, já pelo contrário a aspiração do enriquecimento cultural corresponde a uma necessidade permanente, que longe de cessar, se intensifica quando a escola termina e o trabalho começa.

A função educativa destinada a servir essa vocação situa-se portanto necessàriamente fora do plano das instituições escolares. O conceito de educação permanente, afirmado com progressiva insistência

pelos pedagogos dos nossos dias, relaciona-se precisamente com aquela função.

É uma expressão recente, que corresponde a uma realidade antiga: aprender até morrer, disse-se desde sempre. Mas devemos estar atentos a que, por um lado, o nível da cultura mínima necessário à vida era outrora muito menor que hoje. Por outro lado os factores que asseguravam a aquisição desse nível mínimo eram, no tempo passado, muito mais consistentes que o são na actualidade. A integração necessária nas pequenas comunidades humanas da vizinhança e da profissão, a disciplina da vida espiritual, a estabilidade e o localismo da vida, a comunhão em sistemas de noções morais incontestados, a permanência de técnicas ancestrais que abrangiam tanto a vida de relação como a actividade profissional, asseguravam ao homem uma espécie de impregnação cultural permanente e garantiam-lhe a integração harmoniosa nos conjuntos sociais organizados.

A força desses factores formativos está hoje muito atenuada. O homem continua a aprender até morrer; mas põem-se os problemas de saber: aprender o quê, onde, quando, com quem. São perguntas actuais de qualquer política cultural, e o Estado não pode desinteressar-se da resposta a dar

a essas questões fundamentais.

A centralização das funções educativas pelo Estado realizou-se num período histórico caracterizado pela estabilidade da vida, da cultura e da técnica, e foi isso o que levou, durante algum tempo, a considerar coincidentes os conceitos de instrução pública e de educação nacional. A educação ministrava-se nas escolas; o equipamento cultural proporcionado durante a escolaridade reputava-se suficiente para o resto da existência.

E também essas condições estão hoje modificadas. Como escreve Margaret Mead, «ninguém viverá mais toda a sua existência no mundo em que nasceu, e ninguém morrerá no mundo em que teve de trabalhar».

A vida é mais complexa, e transforma-se mais depressa. E se o aumento da complexidade parece apontar ao planeamento pedagógico o caminho das especializações cada vez mais exigentes, o ritmo da transformação orienta-nos para a solução aparentemente oposta, das preparações básicas polivalentes.

Sabemos que os jovens que hoje frequentam as escolas estarão a trabalhar no ano 2 000. Mas temos dificuldades em saber quais serão as suas ocupações nessa data, e qual a preparação específica requerida por essas ocupações. A cadência das inovações tem acelerado constantemente, e isso leva a prever qual a diferença entre a vida de hoje e a que se viverá daqui a trinta anos, será ainda maior que a que se observa entre o tempo presente e o de há três décadas. E não preciso de recordar que hoje existem numerosas profissões — e algumas dessas são as que mais atracção exercem sobre a juventude — das quais nenhum de nós tinha ouvido falar quando, em 1939, começou a segunda guerra mundial.

A fronteira do tempo de estudar já não é pois a mesma do tempo de aprender; e ambas elas se cruzam e misturam com a do tempo de trabalhar. A acção educativa tem assim de exercer-se ao longo da vida inteira: educação sempre, educação de todos, educação através de tudo, são as coordenadas

necessárias de uma política cultural que queira, verdadeiramente, ser do nosso tempo.

São estas três noções de perenidade, generalidade e omnipresença do labor educativo as que melhor podem traduzir o conceito de educação permanente. Trata-se da organização global da vida cultural das populações, caracterizada mais pela natureza das funções a exercer que pelas estruturas, quadros, e instituições ao seu serviço.

As Bibliotecas, Museus e de um modo geral todo o património artístico; os jornais, a rádio e a televisão, os meios audiovisuais complementares da acção escolar, o cinema, o teatro, a educação musical, as belas-artes, os desportos, as manifestações associativas, o estudo das coisas locais, a passagem pelas forças armadas, a própria vida profissional podem constituir outros tantos instrumentos e ensejos de educação permanente. O Estado não pode fazer tudo. Compete-lhe uma função de planeamento, de coordenação e de impulso, que deverá ser exercida pelos serviços de que já dispõe, e de um modo especial pelas bibliotecas públicas e centros de cultura local. Mas a extensão e até o carácter de uma obra desta natureza exigem a colaboração das autarquias locais, das estações científicas e das grandes instituições difusoras de Cultura, das empresas privadas, das associações desportivas e recreativas, até das pessoas particulares. É uma obra permanente, de todos e para todos; só com a vontade de todos poderá ser realidade.

A terceira das funções a que me referi é a do apoio à investigação científica. É ponto do maior

interesse, mas limitar-me-ei a consagrar-lhe brevissima alusão.

A acumulação da bibliografia relativa a todos os ramos do saber humano e a rapidez dos progressos científicos em todos os domínios da ciência tornam hoje muito difícil aos investigadores quer a informação bibliográfica completa — porque não há materialmente tempo para ler tudo — quer o conhecimento das inovações e progressos que as ciências constantemente registam. Só o compulsar das revistas da especialidade publicadas em cada ano poderia em certos casos ocupar por completo o tempo do cientista. Passa de cinquenta mil o número de revistas especializadas, e, como se sabe, é nessas publicações que, na maior parte dos casos, surgem em primeira mão os resultados das novas investigações.

Os trabalhos de apoio à investigação científica, sob a forma de informação bibliográfica, de fornecimento de índices, resumos, textos traduzidos, materiais de trabalho que ao investigador isolado seria impossível reunir, são hoje objecto da maior atenção nas bibliotecas mais evoluídas, e originaram importantes movimentos de cooperação internacional para a permuta de informações e materiais de estudo. É uma função nova que as bibliotecas foram chamadas a desempenhar, o que veio tornar possível que os especialistas não dispersem o seu tempo nas fases preliminares da investigação, nem se percam a desbravar

caminhos que por outros já foram descobertos.

No caso português terá ainda que se prestar especial apoio às investigações relativas à cultura e à história portuguesa. Muitos dos nossos fundos documentais estão ainda inéditos. O mais importante dos nossos Arquivos, o da Torre do Tombo, não possui qualquer serviço de publicação da sua existência preciosa, e o facto de a maior parte das suas colecções não serem conhecidas está na origem da falta do desenvolvimento dos estudos históricos num país que tem na história a maior das suas riquezas culturais.

Não é possível a elaboração de um plano nacional de leitura sem um quadro muito mais amplo de bibliotecários que aquele de que presentemente o país dispõe. Do mesmo modo, não será viável dar início a um programa de apoio à investigação científica enquanto se não dispuser de documentalistas em número suficiente, e a legislação em vigor não prevê sequer a formação de documentalistas. Enfim, a exploração e publicação sistemática dos arquivos nacionais pressupõe que muitos jovens estudiosos abracem a carreira de arquivista e é evidente que isto só sucederá quando existirem estímulos que presentemente faltam.

O Governo conhece as dificuldades do problema, e tem adiantada a preparação dos diplomas que

reputa indispensáveis para a solução das questões que acabo de equacionar.

De entre as várias manifestações culturais que pareceram indicadas para acompanhar a inauguração deste edifício, uma justifica referência especial: a apresentação ao público de uma parte da colecção de escultura medieval reunida pelo Comandante Ernesto de Vilhena e que, de acordo com os desejos que esse grande português manifestou em vida, acaba de ser doada ao Estado por seu filho, o Senhor Dr. Júlio Manuel Porto de Vilhena.

Propositadamente utilizo a expressão apresentação ao público, e evito dizer exposição. A exposição definitiva de um conjunto de peças de tão extraordinário valor só poderá ser feita quando dispusermos de instalações, que por enquanto nos faltam, e depois de um estudo completo das preciosidades reunidas, estudo que não pode decorrer sob as pressões da urgência do tempo.

Mas considerou-se que não se devia aguardar a verificação dessas condições para apresentar à Nação um tesouro artístico, que constitui a mais importante aquisição até hoje feita pelo património museológico do Estado.

Porque se trata da apresentação de peças que valem por si mesmas, entendeu-se não dever distrair no luxo de uma exposição provisória recursos que não são demais para as necessidaaes de carácter definitivo a cujo serviço se encontra o Ministério da Educação Nacional. Poderá pois a simplicidade do que se vai ver surpreender alguns; mas ela representa a rigorosa aplicação de um critério de que não nos desviaremos.

Devo neste momento concluir com uma comovida palavra de agradecimento. Dirige-se ela à memória do Comandante Ernesto Jardim de Vilhena, que em vida serviu a pátria com fervor tão grande e ainda, para além da morte, continua prestando ao país serviços tão nobres como o que esta inestimável dádiva constitui. Vai ainda para V. Ex.a, Senhora D. Maria Amélia de Vilhena, que, com a fidalga magnanimidade do seu espírito, tudo facilitou para que a doação se pudesse realizar, e ainda a quis enriquecer com a oferta de uma preciosa coleção de velhas colchas portuguesas, que ficará nos nossos museus a constituir um monumento à ternura feminina e ao próprio sentimento do amor da mulher pelo seu lar. Enfim, para o ilustre doador, Senhor Dr. Júlio Manuel Porto Vilhena vai um louvor agradecido, que lhe dirijo em nome da Nação e dos superiores interesses da cultura e da história do país.

Normas Portuguesas

Em edição de Dezembro de 1968, estão publicados os seguintes Inquéritos de norma portuguesa, que foram estudados pela Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de «Documentação», a CT7:

I-899 — Símbolos de línguas, países e autoridades competentes.

I-900 — Aparelhos para a leitura de microfilmes de 35 mm. Características essenciais.

I-901 — Microcópias — Ensaios de legibilidade. Descrição da mira ISO e sua utilização na reprodução fotográfica de documentos.

I-902 — Carácter tipográfico convencional para ensaios de legibilidade (Carácter ISO). Estão sujeitos a inquérito público durante 90 dias a contar da data de publicação do respectivo anúncio em dois jornais de Lisboa e Porto.

Está em vias de distribuição a NP-712 — Estatísticas da edição de publicações.

Verbas do Programa de Execução para 1969 do III Plano de Fomento relativas a bibliotecas, arquivos e centros de documentação

A - Actividades

Foi atribuído à Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes do Ministério da Educação Nacional a verba de 37 250 contos da rubrica *Actividades* do Programa de Execução para 1969 do III Plano de Fomento. Para bibliotecas, arquivos e outras actividades idênticas couberam as seguintes verbas:

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

1 — Direcção-Geral

- a Trabalhos de elaboração das Regras Portuguesas de Catalogação, Roteiro das Bibliotecas, etc. 300 contos.
- b Instituto José de Figueiredo Organização do arquivo de documentação e consulta
 50 contos.

2 — Universidade de Coimbra

- a Biblioteca Geral.
 - I Catálogo colectivo da Universidade de Coimbra (2.ª fase) 70 contos.
 - II Publicação do catálogo de Miscelâneas (3.ª fase) 30 contos.
- b Faculdade de Letras
 - I Catálogo colectivo da Faculdade 68 contos.
 - II Serviço de leitura nocturna da Secção de Filologia Germânica 12 contos.
- c Faculdade de Direito
 - I Actualização de catálogos 20 contos
 - II Aquisição de bibliografia 100 contos
- d Faculdade de Medicina Biblioteca: Aquisição de bibliografia 50 contos.
- e Faculdade de Ciências Biblioteca: Aquisição de bibliografia 75 contos.

3 — Universidade de Lisboa

- a Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia Trabalhos extraordinários de catalogação e inventariação — 20 contos.
- b Faculdade de Letras Catálogo colectivo da Faculdade, catalogação dos legados
 Leite de Vasconcelos e Marques Braga 200 contos.
- c Faculdade de Direito
 - I Trabalhos extraordinários de catalogação 60 contos.
 - II Aquisição de bibliografia 100 contos.
- d Faculdade de Medicina
 - I Patologia Cirúrgica Aquisição de bibliografia 10 contos.
 - II Instituto de Fisiologia Aquisição de bibliografia e publicação de trabalhos
 15 contos.
 - III História da Medicina Organização de arquivos e ficheiros 15 contos.
 - IV Clínica Pediátrica Aquisição de bibliografia e outras 70 contos.
 - V Medicina Operatória Aquisição de bibliografia 20 contos.
- e Faculdade de Ciências
 - Biblioteca Beneficiação de espécies bibliográficas; aquisição de bibliografia 170 contos.

4 - Universidade do Porto

- a Faculdade de Letras Catálogo colectivo da Biblioteca da Faculdade 100 contos.
- b Faculdade de Medicina Biblioteca Trabalhos diversos de catalogação; publicações 25 contos.
- c Faculdade de Ciências
 - I Observatório Astronómico Actualização científica; aquisição de bibliografia e publicação 110 contos.
 - II Biblioteca Trabalhos diversos de catalogação; aquisição de bibliografia; experiências de prolongamento do horário de leitura — 100 contos.
- d Faculdade de Engenharia Biblioteca Organização de centros de documentação científica-técnica — 30 contos.

5 — Universidade Técnica de Lisboa

a — Instituto Superior Técnico.

I — Curso de Engenharia Civil — Aquisição de bibliografia — 10 contos.

II — Curso de Engenharia Electrotécnica — Aquisição de bibliografia — 10 contos.

III — Curso de Engenharia Mecânica — Aquisição de bibliografia — 10 contos.

IV — Curso de Engenharia Química — Comparticipação para a aquisição da Enciclopédia Gmelius; beneficiação de espécies bibliográficas, adaptação da biblioteca e aquisição de bibliografia — 20 contos.

V — Curso de Engenharia de Minas — Aquisição de bibliografia — 100 contos.

VI — Máquinas alternativas — Aquisição de bibliografia — 20 contos.

VII — Automação — Experiências pedagógicas; aquisição de bibliografia—45 contos.

VIII — Laboratório de Química-Física — Aquisição de documentação — 20 contos.

Academia das Ciências de Lisboa — Trabalhos extraordinários de actualização do catálogo da biblioteca — 100 contos.

Museu Nacional de Arte Antiga — Actualização do inventário e ficheiros do Museu — 20 contos.

Museu Nacional dos Coches — Trabalhos extraordinários de inventariação e catalogação — 20 contos.

Museu de Grão Vasco — Actualização e nova catalogação, organização do arquivo fotográfico e da biblioteca — 10 contos.

Biblioteca Nacional de Lisboa — Organização do catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas — 100 contos.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Trabalhos extraordinários de inventariação e catalogação — 100 contos.

Biblioteca da Ajuda — Elaboração e publicação de inventários e catálogos — 30 contos. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora — Catalogação do núcleo Manisola — 20 contos.

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga — Trabalhos extraordinários de catalogação — 30 contos.

Arquivo Distrital de Viseu — Trabalhos extraordinários de catalogação — 30 contos. Biblioteca Popular de Lisboa — Trabalhos de bibliografia — 30 contos.

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo — Trabalhos extraordinários de inventariação — 30 contos.

B — Reapetrechamento

- 1 Universidade de Coimbra: Biblioteca geral 100 contos.
- 2 Universidade Clássica de Lisboa: Faculdade de Letras Biblioteca 104 contos.
- 3 Universidade do Porto: a Faculdade de Medicina Biblioteca 50 contos.
 - b Faculdade de Ciência Biblioteca 60 contos.
 - c Faculdade de Engenharia Biblioteca 45 contos.
- 4 Biblioteca Nacional de Lisboa 100 contos.
- 5 Arquivo Nacional da Torre do Tombo 94 contos.
- 6 Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga 8 contos.
- 7 Arquivo Distrital do Porto 6 contos.
- 8 Arquivo Distrital de Viseu 17 contos.
- 9 Arquivo Distrital de Portalegre 15 contos.

Filgráfica

Na Feira Internacional de Lisboa realizou-se, no passado mês de Março, a Exposição Filgráfica consagrada ao livro e às artes gráficas.

Esta iniciativa da Associação Industrial Portuguesa destinou-se a apresentar ao público, num conjunto profundamente elucidativo, não só as matérias primas mas também os equipamentos utilizados nos sectores das artes gráficas e, dentro desse âmbito, no livro e no jornal.

Foi uma realização admirável em que se reflectiu o valor do artista Tomás de Melo (Tom) que soube conjugar com extraordinária orientação estética os elementos mais importantes das artes gráficas e das indústrias suas relacionadas nos seus múltiplos aspectos: artístico, cultural, técnico e económico.

Cremos que os objectivos desta Exposição foram totalmente atingidos. De facto, todas os pormenores de uma excelente organização se conjugaram para, de uma maneira real, se patentear aos visitantes o avanço e a actualização das artes gráficas entre nós.

Coincidiu com a Filgráfica a celebração do 2.º centenário da Imprensa Nacional de Lisboa, e assim, numa exposição retrospectiva do labor daquela instituição, foram reveladas curiosas peças históricas do seu primitivo equipamento e uma abundante documentação da linha evolutiva dos trabalhos efectuados ao longo de dois séculos de actividade.

Destacamos as «maquettes» do edifício antigo e actual, as principais obras editadas pela Imprensa Nacional, a documentação sobre a escola de gravura, com os instrumentos de trabalho para a execução de gravuras em madeira e cobre, a documentação das fábricas de caracteres e de cartas de jogar, com gravuras, provas tipográficas e litográficas, e a reconstituição de uma tipografia e de uma fábrica de papel do séc. XVIII. Tudo isto permitiu ao público fazer uma ideia concreta de como se operava noutros tempos no âmbito da produção gráfica, mostrando-lhe a evolução da técnica neste sector, ao longo dos últimos duzentos anos.

A Academia Portuguesa de Ex-Libris colaborou também na organização do certame com cerca de 3 000 ex-libris ilustrando com originalidade o tema Artes gráficas e heráldica.

Também a Imprensa Nacional de Angola se fez representar com expressivos testemunhos das suas actividades fundamentais.

Reuniu ainda a Exposição numerosos «stands» de representações relacionadas com as actividades tipográficas, como fabricantes de máquinas de impressão, fornecedores de matérias primas, impressores, etc., não só de Portugal, como do estrangeiro, pois cerca de 18 países estiveram representados através de 560 entidades, 116 das quais do nosso País.

Nesses pavilhões puderam admirar-se inovações técnicas e os mais modernos equipamentos, encontrando-se em funcionamento algumas máquinas de impressão, brochura e outras.

A Filgráfica constituiu também um repositório expressivo da vida editorial portuguesa nos últimos tempos, pois nela estiveram presentes as obras mais representativas das publicações oficiais, de editores nacionais e estrangeiros, da imprensa diária e não diária, e outras cujo conjunto proporcionava assim uma panorâmica da actividade cultural da Nação. De interesse para nós, bibliotecários-arquivistas, a dignidade que nesta exposição se deu às artes e indústrias gráficas que constituem no nosso tempo, mais do que em qualquer outro, uma força poderosa de civilização, relacionando-se intimamente o seu incremento com o desenvolvimento cultural, pois é ainda a comunicação gráfica a fonte mais importante da transmissão do conhecimento.

Como notas interessantes de reportagem, citemos a instalação de um posto de câmbios, na entrada da Feira, pelo Banco Borges & Irmão. Esta iniciativa já se tornou, aliás, uma tradição nas exposições promovidas no Pavilhão da Feira das Indústrias, mostrando quanto tais certames ganharam uma dimensão internacional que convém agora manter.

Refiramos ainda as palestras que várias individualidades proferiram sobre aspectos tecnológicos das artes gráficas e sua projecção no mundo de hoje, a maioria das quais deram origem a animados debates.

Por último, ainda, apontemos o excelente catálogo distribuído aos visitantes. Escrito em português, mas com pormenorizadas versões em alemão, francês e inglês, bem apresentado e fácil de manejar, o mesmo fica a ser uma breve condensação de tudo o que se podia observar na Filgráfica.

Pela primeira vez em Portugal se realizou assim um certame, que se poderá considerar um Festival do Livro, durante o qual o público teve ocasião de observar, uma após outra, as várias etapas do papel impresso e a sua projecção sob todas as formas na vida social e cultural do nosso tempo.

A inauguração foi assinalada com a presença do Chefe do Estado, numerosos membros do Governo e várias individualidades civis e militares. Também o Chefe do Governo, em outra oportunidade, visitou a Filgráfica, tendo percorrido, demoradamente, todos os pavilhões.

De salientar a amabilidade da Associação Industrial Portuguesa enviando convites pessoais aos bibliotecários-arquivistas para o acto inaugural, patenteando com isso a colaboração constante que existe entre as artes gráficas, o livro e o bibliotecário, que se tornaram, por assim dizer, inter-dependentes para o objectivo comum—a difusão da cultura. (M. Teresa Acabado).

A Imprensa Nacional de Lisboa e o seu 2.º Centenário

A véspera de Natal de 1768 ficou assinalada nos anais da cultura portuguesa por uma iniciativa a que estava destinada profunda ressonância. De facto, em 24 de Dezembro daquele ano, um alvará, referendado pelo rei D. José e pelo seu primeiro ministro o Conde de Oeiras, criava a Impressão Régia, também conhecida por Régia Oficina Tipográfica, mais tarde Imprensa Nacional de Lisboa. Nos termos do diploma, os objectivos a prosseguir por este estabelecimento seriam «...animar as Letras, e levantar huma Impressão útil ao público pelas suas producções e digna da Capital destes Reinos».

As disposições minuciosas do alvará, indicando o pessoal que deveria prestar serviço na recém-fundada instituição, foram completadas com a ordem de lhe ser entregue a fábrica de caracteres da Junta do Comércio, fundada por João de Villeneuve, em 1732, e ainda com a criação de dois serviços anexos: a escola de gravura e a fábrica de cartas de jogar à qual se deu um extraordinário exclusivo que levava a pesadas penas os que de fora as trouxessem.

A história da Imprensa Nacional conheceu períodos do maior brilhantismo, tendo dos seus prelos saído obras de muito merecimento. Como faziam as grandes impressões estrangeiras, também deu à luz, em datas diferentes, catálogos de tipos que utilizava. Estes mostram-nos que os mesmos não ficavam nada a dever aos que conhecemos doutros estabelecimentos estrangeiros congéneres.

Os 200 anos da Imprensa Nacional foram comemorados de uma maneira sóbria mas digna, tendo toda a Imprensa portuguesa, com notícias mais ou menos pormenorizadas, feito referência ao acontecimento. Com carácter oficial, tivemos os seguintes actos: o elogio público, nas páginas do «Diário do Governo», de vinte servidores da Imprensa Nacional com mais de 40 anos de serviço; a cunhagem de uma medalha comemorativa da autoria do escultor Martins Correia; a emissão, pelos C. T. T., de um selo comemorativo desenhado pelo grande artista Martins Barata. As comemorações terminaram com uma sessão que decorreu na biblioteca da própria Imprensa Nacional e teve a presença do Chefe do Estado. Durante a mesma,

o Prof. Dr. Vitorino Nemésio proferiu uma conferência subordinada ao tema «Grafia e cultura», salientando que a sobrecarga de editora legislativa e burocrática impede a Imprensa Nacional de ampliar a sua acção de patrocínio gráfico da cultura. Sendo possível que a projectada reestruturação dos seus serviços resolva o problema, o conferencista sugeriu que se aproveitasse a ocasião para se criar um Instituto Gráfico com as mais latas atribuições neste sector.

Com o apuro que é já uma das suas tradições, editou a Imprensa Nacional de Lisboa várias espécies comemorativas do ciclo festivo do seu 2.º Centenário. Contam-se, entre elas,

as seguintes:

Alvará de 24 de Dezembro de 1768 (cópia figurada).

Catálogo de livros. II Centenário 1768-1968.

Ex-libris da Imprensa Nacional de Lisboa.

FARINHA, Ramiro — Imprensa Nacional. Sinopse da sua história.

GONÇALVES, F. Rebelo — A Imprensa Nacional de Lisboa e as Humanidades Clássicas. Também a revista «Euphrosyne», dirigida pelo Prof. Dr. Rebelo Gonçalves e impressa na Imprensa Nacional, dedicará o vol. 2.º da sua nova série ao acontecimento que se comemorou agora.

O 2.º Centenário da Imprensa Nacional coincidiu com a realização da FILGRÁFICA, exposição de artes gráficas, iniciativa da Associação Industrial Portuguesa. Este certame, a que «Cadermos» também se referem neste número, foi integrado nas comemorações do bicentenário do nosso primeiro estabelecimento gráfico, tendo este apresentado antigas máquinas e velhos documentos do seu arquivo que despertaram imensa curiosidade entre os visitantes. (J. Tomás Pereira).

Bibliotecas Municipais

Inauguração em Viseu da «Biblioteca Machado de Assis» — Esta cerimónia, que constituiu simultâneamente uma homenagem a um ilustre viseense e mais um estreitamento dos laços culturais e afectivos da Comunidade Luso-Brasileira, ficou assinalada por diversos actos bem significativos.

Como já tivemos ocasião de referir, a Biblioteca Machado de Assis (integrada na Biblioteca Municipal de Viseu) foi solenemente inaugurada no dia 9 de Abril, com a presença do embaixador brasileiro Dr. Ouro Preto e do homenageado, o Dr. Azeredo Perdigão. Este último, depois de ter posto em relevo os interesses comuns que devem unir as duas pátrias, deteve-se a analisar a personalidade literária daquele que se aponta entre os melhores contistas do Brasil.

Mais de um milhar de livros arrumados em estantes oferecidas pela Fundação passaram a constituir desde esse dia a biblioteca piloto para cujo patrono se escolheu Machado de Assis, a figura mais representativa das letras brasileiras em fins do séc. XIX. Não é por mero acaso que o genial criador de Quincas Borba, de Dom Casmurro e do Memorial de Aire permanecerá indelèvelmente ligado à capital da Beira Alta, cidade de tradições tão lusíadas, mas presa ao Brasil por nexos históricos, cidade onde nasceram ilustres portugueses, artistas e homens de letras. (Basta que recordemos D. Duarte, João de Barros, Gaspar Barreiros, os pintores João Vicente e Grão Vasco, o padre Manuel de Almeida, o iluminista Estêvão Gonçalves, o bispo do Pará, D. Manuel de Almeida Carvalho, António da Silva Gaio...)

Ao mesmo tempo que a Biblioteca, foi inaugurada a «Sala Brasil»; uma exposição bibliográfica que teve por tema: O Brasil e as descobertas, na qual se puderam apreciar algumas espécies

raras pertencentes à Biblioteca Municipal de Viseu; exposições de pintura, escultura e caricatura, inteiramente constituídas por obras de artistas viseenses.

Como nota significativa destacamos ainda a visita do Dr. Ouro Preto à Casa da Ínsua, em Penalva do Castelo, onde um descendente de D. Francisco de Albuquerque e Cáceres — o capitão bandeirante no Brasil do séc. xvIII — expôs à curiosidade dos visitantes várias preciosidades da sua casa e, entre elas, uma colecção cartográfica (única) das terras de Mato Grosso, conquistadas pelo seu antepassado. (M. L. LEMOS).

Novo edifício da Bibbioteca e Museu Municipais da Figueira da Foz—Prossegue a construção das novas instalações da Biblioteca e do Museu Municipais da Figueira da Foz. A fase «tosco» está prestes a concluir-se. Vai iniciar-se dentro de semanas a fase «acabamentos», entregue à Construção Abrantina L.da, cuja proposta foi de 5 439 421\$80.

A instalação eléctrica já foi posta a concurso, na base de 920 contos.

Subsidiam a obra a benemérita Fundação Calouste Gulbenkian e o Ministério das Obras Públicas.

O silo das novas instalações comporta 200 000 volumes.

O actual acervo já ultrapassa 100 000 volumes.

Fundada a Biblioteca em 1 de Maio de 1910, o ritmo de crescimento dos fundos bibliográficos, nestes 59 anos, foi da ordem de cerca dos dois milhares, anualmente. (ANTÓNIO VÍTOR GUERRA).

Inaugurada na Biblioteca Municipal do Porto uma exposição bibliográfica—Integrada nas celebrações do centenário do nascimento de Gago Coutinho, realizou a Biblioteca Pública Municipal do Porto uma exposição de parte do espólio bibliográfico deixado por aquele almirante à referida biblioteca, uma das que ele mais frequentava e que considerava centro de cultura por excelência.

Selecionaram-se para a exposição estudos da sua autoria, obras que ele anotou pelo seu próprio punho, sobretudo obras de marinharia e referentes a Colombo, autógrafos e elementos iconográficos, salientando-se entre os primeiros, da sua autoria e do seu punho, uma circunstanciada notícia da travessia aérea do Atlântico Sul.

Biblioteca Municipal de Arraiolos — Atenta aos problemas da preparação cultural das populações do concelho, a Câmara Municipal de Arraiolos promoveu a criação duma biblioteca municipal.

Possui já edifício próprio para a sua instalação e conta com um fundo inicial de algumas

centenas de livros oferecidos.

Para que, no entanto, sejam atingidos os fins para que foi criada, necessita enriquecer esse fundo tendo dirigido um apelo a várias instituições e a particulares, pedindo ofertas de livros de literatura infantil, didáctica, científica, cultural e técnica, assim como revistas e jornais.

Biblioteca Municipal de Coimbra — Está concluído o ante-projecto do novo edifício da Biblioteca Municipal de Coimbra que pretende vir a ser uma biblioteca piloto, ao serviço da cultura popular.

Instalada actualmente numa dependência do antigo convento de Santa Cruz, em condições muito precárias e exíguas, deixará em breve de comportar os 12 000 volumes entrados anualmente. Prevê-se que nos próximos 20 anos os seus fundos se elevem a 500 000 volumes.

Os estreitos corredores de claustro onde se alberga, têm, desde sempre, vedado as possibilidades de promover muitas actividades complementares da leitura e iniciativas várias de ordem cultural, que se consideram atribuição duma biblioteca deste tipo. Para elas o novo edifício ficará devidamente equipado; terá salas para leitura comentada, música gravada, palestras com projecções, filmes culturais, exposições artísticas e bibliográficas, discoteca, etc. As crianças terão uma secção especializada, com sessões de leitura ao ar livre, «hora do conto», teatro de fantoches, canto e desenho.

Nos bairros periféricos da cidade abrir-se-ão salas de leitura, e nas cadeias e hospitais serão instaladas estantes fixas com livros renováveis.

Como biblioteca piloto procurará ensaiar entre nós soluções usadas já no estrangeiro, como, por exemplo, o livre acesso às estantes por parte do leitor, desfazendo assim a distância que normalmente o separa do livro.

Com o fim de renovar e reforçar um pedido de subsídio feito à Fundação Calouste Gulbenkian, e de apresentar o primeiro esboço arquitectónico das novas instalações, uma comissão, da qual faziam parte o Governador Civil, o Presidente da Câmara, o Director da Biblioteca da Universidade de Coimbra, o Presidente da União dos Grémios de Coimbra, bibliotecários e arquitectos, avistou-se com o senhor Dr. Azeredo Perdigão no passado dia 10 de Março.

Biblioteca Municipal de S. João da Madeira — À Biblioteca Municipal Dr. Renato de Araújo foi doado um importante núcleo bibliográfico de cerca de 6 000 obras, algumas das quais muito raras, núcleo que havia pertencido ao senhor José Moreira. Esta doacção foi feita em cumprimento da sua vontade, expressa em testamento.

As obras estão a ser catalogadas, catalogação que se espera ver concluída em Abril do corrente ano, e foram expostas por ocasião da homenagem que no dia 1 de Março, numa sessão solene, o Município promoveu ao doador.

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo — Esta Biblioteca, que até há pouco se encontrava anexa ao Museu, em dependências acanhadas e húmidas, nos baixos da Casa das Figuras, ocupa presentemente o antigo solar dos Pitás.

Agora devida e còmodamente instalada espera-se que aos seus serviços acorram leitores em maior número, esperando-se ainda poder alargar o período de leitura, mantendo a biblioteca aberta depois das vinte horas.

As três salas da frontaria do andar principal são ocupadas uma pela sala de leitura, ao centro, outra pelo catálogo, com estantes para a exposição das obras recentemente entradas e a última constitui a secção de referência, com enciclopédias, dicionários, guias, etc.

Acompanhando a renovação das instalações deu-se um enriquecimento notável dos seus fundos, quer por aquisição, quer por doações, entre as quais se distingue a de Ernesto Barbosa dos Santos, constituída principalmente por obras recentes, valiosas e com boas encadernações.

A Biblioteca possui 10 000 volumes, com um núcleo apreciável de obras sobre Viana do Castelo e a sua região.

«Cadernos» consideram ser do maior interesse dar a conhecer os problemas, a riqueza e os progressos das nossas bibliotecas municipais, às quais cabe um papel relevante e insubstituível na renovação cultural do país; todos sabemos que essa renovação se tem de fazer em grande parte por intermédio da leitura e de iniciativas a ela ligadas, e sabe-o também o Senhor

Ministro da Educação Nacional, que no seu recente discurso, por ocasião da inauguração da Biblioteca Nacional, públicamente o comunicou, apontando a necessidade dum planeamento prévio e da formação de pessoal especializado em número suficiente.

A Biblioteca do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros

Do Relatório do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros, relativo ao ano de 1968, permitimo-nos extrair o parágrafo respeitante à Biblioteca, que consideramos do maior interesse.

«Conforme fora sugerido na reunião da Assembleia Regional, efectuada em Março de 1968, realizou o Conselho Regional um inquérito aos membros da Secção, relativo às revistas recebidas na nossa Biblioteca.

Os resultados da consulta estão resumidos nos quadros seguintes.

- 2 Respostas à pergunta «Consulta as revistas desta Secção Regional?».

Resposta	Civil	Elect.	Quim.	Mec.	Minas	Agr.	Silv.	* Mistos	Total
Não	6	12	3	1	4	6	3	3	38
Raras vezes	3	4	_	1	_	1		_	9
Por vezes	4	_	6	2	1		1	_	14
Sistemàticamente	1	_	1	_	_			1	3
Total	14	16	10	4	5	7	4	4	64

^{(*) 2} com o curso de Silvicultura e Agronomia; 1 com o curso de Civil e Electrotecnia; e 1 com o curso de Civil e Minas.

Concluiu-se que 60% dos Colegas que responderam ao inquérito não consultam as revistas.

3 — Para averiguar das razões por que não consultam as revistas, examine-se o quadro seguinte:

Razões	Civil	Elect.	Quim.	Mec.	Minas	Agr.	Silv.	Mistos	Total
Na organização em que trabalham,	4	i e	1 75			17.5	1	3455	
ou pessoalmente, recebem todas ou parte das revistas da especialidade	. 4	10	1	_	4	4	2	1	26
Não justificam	2	-	1	1	_	2	_	2	8
Vivem fora do Porto	_	1	-	_	_	_	_	_	1
Não exercem a profissão	_	1	1	_	_ 0	_	-	_	2
Por desconhecimento da existência	1975.75		100						3 7 7 1
das revistas na Biblioteca		_	_	_			1	-	1
Total	6	12	3	1	4	6	3	3	38

Conclui-se que 2/3 dos Colegas que responderam ao inquérito têm outro acesso (sem ser só o da nossa biblioteca) às revistas que lhes interessam.

Aproveita-se a oportunidade para esclarecer que todas as revistas podem ser requisitadas para leitura em casa e enviadas para quem as pedir dentro das condições que o Regulamento da Biblioteca estipula.

4 — As revistas mais consultadas são as da especialidade de Químico-Industrial, logo seguidas pelas da especialidade de Engenharia Civil. Ninguém disse consultar as revistas de Agronomia.

Por ordem decrescente de importância as revistas mais lidas são:

Tot ordere decrebedate de importantem de revistas mais mais sac	
— Chemistry and Industry	com 7 leitores
- Annales de l'Institut Technique des Bâtiments et des Travaux Pub	olics com 6 leitores
— Beton Armé	com 5 leitores
- Bâtir (Revue Technique de la Fédération Nationale du Bâtime	ent) com 5 leitores
— Chemical Engineering Science	com 4 leitores
— Journal of Applied Chemistry	com 4 leitores
Seguem-se depois 6 revistas com 3 leitores cada uma, 12 revistas	

Seguem-se depois 6 revistas com 3 leitores cada uma, 12 revistas com 2 leitores cada, e 13 revistas com um leitor cada, ou seja das 77 revistas indicadas dizem-se ser consultadas 37.

Especialidade da revista	Número de leitores (*)	Nómero de revistas	Leitores revistas
Civil	22	5	4,4
Electrotécnica	3	14	0,2
Química	23	6	3,8
Mecânica	7	12	0,6
Minas	2	2	1
Agronomia	_	3	-
Silvícola	13	9	1,5
Diversos	16	26	0.6
Total	86	77	1,1

- (*) Por «número de leitores» entende-se, não o número de engenheiros que dentro de cada especialidade diz consultar revistas, mas sim o total obtido pela soma de leitores que cada revista tem.
- 6 Dos «engenheiros que não consultam revistas» nesta Secção, onze disseram que gostariam de poder consultar, ou sugeriram a obtenção de mais 22 revistas, algumas das quais gratuitas.

As outras sugestões feitas por estes engenheiros julgamos poderem resumir-se em:

- ficar unicamente com as revistas gratuitas;
- substituir algumas das revistas actuais, de carácter muito teórico, por outras de carácter mais específico e prático (química-industrial);
- coordenação das bibliotecas das diferentes Secções Regionais e aquisição de publicações focando o papel do engenheiro na sociedade;
- aquisição de revistas sobre motores diesel, motores a gasolina e mecânica automóvel;
- facultar a requisição de revistas por engenheiros residindo fora do Porto;
- divulgação da maneira de obter as publicações existentes na Ordem.

7 — Dos «engenheiros que consultam revistas», nesta Secção Regional, dez disseram que gostariam de poder consultar, ou sugeriram a obtenção de mais 17 revistas algumas das quais gratuitas.

As outras sugestões feitas por estes engenheiros julgamos poderem resumir-se em:

facilitar a consulta na respectiva sala por uma exposição convenientemente actualizada; o serviço de empréstimos pode ser feito fora do horário em que funciona a secretaria ou ser facilitado por pedidos telefónicos; edição de um boletim mensal com a indicação das publicações e livros recebidos no qual constaria um sumário;

- facilitar a circulação domiciliária:

- não haver a preocupação de assinar revistas sobre todos os ramos de especialização dentro de cada actividade da engenharia, mas adquirir revistas de carácter geral, como CHEMICAL ENGINEERING, etc.;
- adquirir revistas de informação não profissional como:

PARIS - MATCH, TRIUNFO, LIFE, EXPRESS, VIDA MUNDIAL, COURIER DE L'UNESCO TIME, NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE, SCALA, NEWSWEEK;

- criar um ficheiro de artigos;

- criar um serviço de fotocópias;

 realizar uma exposição de revistas técnicas durante um período suficientemente largo para que o inquérito efectuado entre os visitantes fosse suficientemente significativo;

— fazer uma conveniente arrumação da biblioteca dando a cada revista o seu lugar.

8 — O Conselho Regional resolveu expôr circunstanciadamente e transmitir aos membros da Secção, nesta Assembleia Regional, os resultados do inquérito efectuado.

Deve esclarecer-se que nenhuma das assinaturas de revistas existentes à data do inquérito, assinaturas que totalizam uns 20 contos por ano, foi cancelada pelo Conselho Regional. Preferiu esperar-se alguns meses, até que a Assembleia Regional tivesse a oportunidade de se pronunciar a tal respeito.

Nenhuma assinatura de novas revistas foi também executada.

No entanto, o Conselho Regional contratou os serviços de uma funcionária para a biblioteca, que se tem ocupado, sob a orientação do Bibliotecário da *Ordem*, Sr. Eng. Cansado Tavares, da arrumação dos livros e da organização dos ficheiros».

A biblioteca e a alfabetização das populações escolares

Na Assembleia Nacional debateu-se recentemente um problema de vital interesse para a unidade da Nação Portuguesa que, bem o sabemos, se encontra repartida por uma área tão extensa quanto heterogénea. Como é óbvio — e ali foi salientado — a unidade nacional alicerça-se fortemente na unidade linguística. Isto parece estar certo, se admitirmos que uma herança cultural comum e uma língua comum são factores decisivos na definição de uma nacionalidade.

A questão que se manteve por algum tempo na ordem do dia — difusão da língua portuguesa — veio chamar a atenção de todos para a nossa realidade (bem diferente da que seria para desejar), pondo-nos frente a frente com a verdade confrangedora: uma elevada percentagem de portugueses, habitantes de território nacional e fazendo parte integrante da grande família lusíada não fala nem escreve o seu idioma pátrio.

Ora, quer por imperativos de autodefesa, quer por dever de nação civilizadora, a promoção sócio-cultural das populações nativas impõe-se-nos como uma das tarefas mais instantes do

tempo presente.

Temos diante de nós a perspectiva de alfabetização de grandes massas populacionais. Como actuar? Através da escola, apenas? Quantas escolas haverá que construir, que legiões de professores a recrutar, antes que o último milésimo dos habitantes de uma área vastíssima venha a conhecer os benefícios da cultura! Mas, ainda que isso fosse ràpidamente possível, não seria bastante...

A acção da escola, mesmo em função de populações escolares muito mais restritas, é inacabada e deficiente sem o apoio da biblioteca, porque só esta é capaz de radicar nos alunos o hábito da leitura. E só pela leitura se chega ao pleno rendimento das potencialidades individuais que prometem converter cada cidadão em instrumento útil de uma sociedade ao inter-

ferir no seu progresso como elemento actuante e condicionador.

Estamos em crise de professores no momento em que se dá execução a uma vasta campanha de escolaridade à escala nacional. Não obstante, temos ao nosso alcance milhares de professores — quem há que o conteste? — silenciosos e alinhados, aguardando apenas o momento da chamada para cumprir a sua missão pedagógica. É que os princípios dinâmicos e formativos da escola actual não podem já conter-se na insuficiência dos manuais, na rigidez das alíneas de programas, nos áridos exercícios de rotina que conduzem à alienação, mais do que ao desenvolvimento de capacidades. A escola de hoje só se realiza integralmente na e pela biblioteca.

Com efeito, além de criar um clima favorável à leitura, a biblioteca escolar (qualquer que seja o seu nível: primário, secundário, superior) tem uma outra função muito importante que não pode ser subestimada: destina-se a consolidar a acção do professor, a aprofundar e a alargar as noções ministradas na aula, abrindo a cada aluno o caminho de uma marcha progressiva na aquisição da cultura. Um dos factores mais decisivos do fracasso escolar, em países como o nosso, onde as redes bibliotecárias não asseguram uma cobertura satisfatória, reside

precisamente nesta dissociação da biblioteca e do ensino:

«Fala-se frequentemente do fraco rendimento escolar e os educadores atribuem-no à diminuição dos efectivos, às condições sócio-económicas e a outros factores que, sem dúvida, têm um papel na ocorrência. Mas ninguém pensou — ou quase ninguém — que este fenómeno se deve em grande medida a um sistema de ensino que tem por característica o não utilizar as bibliotecas como instrumento de trabalho, não criar hábitos de leitura e não fornecer àquele que aprendeu a ler a matéria impressa indispensável que lhe permita consolidar a formação recebida na escola, melhorar por si a sua própria instrução. A inevitável consequência desta situação de facto é o regresso ao analfabetismo, sob a influência do meio e da própria forma de ensino recebido» (¹).

O progresso da tecnologia, pondo ao serviço do homem a máquina cada vez mais aperfeiçoada, tem contribuído para uma total revolução do ensino e das suas técnicas, acelerando os seus processos de difusão, ao mesmo tempo que imperativos de ordem política, económica e social tendem a democratizá-lo. E estes factos trazem também como conse-

quência o aparecimento de novas concepções pedagógicas.

Uma nação trabalha melhor, produz melhor, se à totalidade dos indivíduos que a formam é dada uma educação de base e adequada preparação técnica que assegure o máximo de eficiência na produção. A escolarização das massas é pois a palavra de ordem nas sociedades do nosso

⁽¹⁾ PENNA, Carlos Victor — La planification des services de bibliothèque. «Bull. Unesco Bibl.», Paris, 21(2) Mar.-Abr. 1967, p. 66.

tempo. O ensino tende a tornar-se dinâmico e indutivo, deixa de apoiar-se exclusivamente no livro para recorrer a uma documentação concreta e variada. É o assalto dos meios audio-visuais da informação pedagógica que, facultando «o conhecimento indirecto mais concreto da realidade pela vista e pelo ouvido, sem o intermédio do simbolismo abstracto da linguagem e da escrita, (fotografia, projecções fixas ou filmes, discos ou bandas magnéticas), introduziram no ensino uma revolução de uma «importância comparável à que foi, no seu tempo, a invenção da imprensa» (¹).

Os meios audio-visuais aplicados ao ensino têm fornecido aos pedagogos respostas positivas às experiências realizadas. Assim, em França, verificou-se que as classes sujeitas aos novos métodos acusavam um rendimento superior e que os alunos médios eram especialmente beneficiados em relação ao outros. Poder-se-á admitir que são as inteligências de tipo concreto, pouco inclinadas à abstracção, que tiram o máximo de proveito destas técnicas audio-visuais. O nível das classes aumenta, ao mesmo tempo que aumenta a sua homogeneidade (2).

São, pois, estas bibliotecas viradas para uma pedagogia nova, providas de livros, de gravuras, de fotografias, de mapas, de filmes, de diapositivos, de discos, e nas quais se integram outras actividades educativas (exposições, teatro, colóquios, projecções, conferências, debates, concertos; hora do conto, hora do disco, fantoches, jogos, desenho, representação, para os mais pequenos), são estas bibliotecas que participam no processo educativo de um povo, que o ensinam a ler e a aprender, a aumentar a sua bagagem cultural e técnica, que o tornam receptivo a todas as manifestações de cultura, que lhe desenvolvem a inteligência e lhe apuram a sensibilidade.

Não queremos também deixar de pôr em relevo, pela sua oportunidade, a função da biblioteca como agente actuante contra a regressão ao analfabetismo. Trazemos para aqui o testemunho de Penna, pioneiro do ensino dinâmico na biblioteca. Diz o eminente técnico que na América Latina o alfabetismo varia de um país para outro na proporção de 13 a 90%. Mas, ao referir esses valores, põe reservas à interpretação de tais índices. A tendência é para se considerar alfabeto todo aquele que passou pela escola. No entanto, se analisarmos as estatísticas oficiais, tendo em conta não esse factor, mas a capacidade de leitura funcional — o único que permite decidir se um indivíduo é ou não alfabeto — teremos de chegar à conclusão que os índices estão errados, porque se partiu de uma base falsa para a elaboração dessas estatísticas (3).

Estas observações ajustam-se perfeitamente ao caso português e, entre nós, o problema põe-se até com mais acuidade, pois é forçoso considerar as circunstâncias em que vivem as populações nativas no interior da África Portuguesa, totalmente divorciadas dos contactos com o idioma e com a cultura nacionais. Aqui, e pelas razões expostas, ainda mais se justifica o apoio da biblioteca à escola.

Na hora em que quase todos os países dispensam o máximo de atenção às bibliotecas públicas e escolares, como coadjuvantes da educação, não podemos virar as costas às realidades. (M. L. Lemos).

⁽¹⁾ Transcrito de Munin Iglesias, Celina — Le matériel audio-visuel et les bibliothèques. «Bull. Unesco Bibl.», Paris, 22(6) Nov.-Dez. 1968, p. 319.

⁽²⁾ H. LEBOUTET, L. LEBOUTET, R. LEFRANC, H. NOZET — Trois expériences sur l'utilisation de techniques audio-visuelles pour l'enseignement de la géographie et des sciences naturelles dans les classes primaires. Saint-Cloud, École Normale Supérieure, Centre Audio-Visuel, 1953. Citado por Munin Iglesias, Celina, ib., p. 31.

⁽³⁾ PENNA, Carlos Victor — La planification de sservices de bibliothèque. «Bull. Unesco Bibl.», Paris, 21(2) Mar.-Abr. 1967, p. 66-67.

O Dia Internacional do Livro Infantil

Em 2 de Abril de 1805, nascia Hans Christian Andersen, um dos mais famosos escritores de livros para a infância. Com essa data faz-se coincidir hoje o Dia Internacional do Livro Infantil. Comemora-se, portanto, com singela dignidade, não só a memória de um grande amigo das crianças, mas também o papel fundamental que o livro desempenha — ou deve desempenha — na vida dos pequeninos.

Em Portugal, as comemorações deram origem a várias exposições por todo o país. Entre elas, temos conhecimento das seguintes: na Sociedade Nacional de Belas-Artes de Lisboa, promovida pela Cooperativa Ludus-Círculo de Realizações para a Infância e a Juventude, tendo a escritora Lília da Fonseca proferido algumas palavras alusivas ao acontecimento; no Porto, pela mesma Cooperativa, na sede da Cooperativa Árvore; no Porto também, organizada na sede da Cooperativa Foz, assim como na Cova da Piedade pela Cooperativa Piedense.

Ainda por iniciativa da Cooperativa Ludus, realizaram-se, em Lisboa e Porto, colóquios sobre o tema «A criança e o livro — aspectos psicológicos, pedagógicos e literários», baseados em comunicações do Dr. Vítor Fontes e da professora D. Maria Leonor Viana Botelho, e num texto do Dr. Mário Sacramento.

Em várias dessas exposições realizaram-se visitas guiadas e audições de contos pelas próprias crianças, como aconteceu na promovida pela Cooperativa Piedense.

Foi agradável verificar que o Dia Internacional do Livro Infantil não foi de todo esquecido em Portugal — mas é pertinente perguntar, se poderemos nós considerar-nos satisfeitos com o panorama infantil português em face do livro... (I. Tomás Pereira).

Bibliotecas da Fundação Gulbenkian

Do último relatório das principais actividades da Fundação Gulbenkian no decurso de 1968, publicado em resumo nos jornais diários de 26 de Fevereiro último, «Cadernos» tem o maior interesse em realçar, pelo que representa como esquema e actividade bibliotecária num enquadramento nacional de leitura, o serviço de bibliotecas móveis e fixas que aquela instituição mantém e desenvolve pela ampliação da sua área de actuação, quer no Continente, quer nas Ilhas Adjacentes. Durante o ano de 1968 estiveram em funcionamento 61 bibliotecas móveis e 156 bibliotecas fixas que serviram 3 611 localidades com uma população de 5 339 059 habitantes. Houve, em 1968, 1 455 670 leitores atendidos, os quais, por sua vez, requisitaram 4 800 670 livros. Em complemento desta actividade, uma outra, de carácter específico foi levada a cabo: o empréstimo de 23 067 livros escolares, do que beneficiaram 3 803 estudantes pertencentes às camadas de menores recursos financeiros. O relatório refere ainda a actividade da Biblioteca Central de Empréstimo, núcleo formado por obras de carácter informativo ou especializado, que atendeu 845 requisições, bem como a publicação de 4 números do Boletim Informativo. O dispêndio com este serviço atingiu uma verba superior a 25 mil contos.

Exposição Bibliográfica Eugénio de Castro

No passado mês de Março comemorou-se o 1.º Centenário do nascimento de Eugénio de Castro.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra não podia ficar indiferente a tal acontecimento. Deste modo a Biblioteca Central da Faculdade organizou uma exposição das obras do ilustre poeta, que reuniu cerca de uma centena de livros, revistas e jornais.

As obras expostas formavam dois grupos: 1) obras de Eugénio de Castro — poesia

prosa e traduções; 2) obras e estudos sobre Eugénio de Castro.

A Faculdade de Letras prestou assim uma singela homenagem à memória do poeta e sobretudo procurou saldar uma dívida de gratidão para com o seu antigo Professor e Director. (MARIA ALICE FALCÃO CURADO).

Livros para a Universidade Católica

Pelo director dos Serviços de Informação e Assuntos Culturais dos Estados Unidos da América e pelo Adido Cultural da Embaixada Americana foram oferecidos à Biblioteca da Universidade Católica, um lote de valiosos livros, 15 volumes de uma enciclopédia e uma coleçção de obras de autores clássicos e modernos em tradução inglesa, ricamente encadernados.

O presidente da Fundação Gulbenkian visitou a Biblioteca da Universidade de Coimbra

O Dr. Azeredo Perdigão, que em 27 de Fevereiro se deslocou a Coimbra, em visita aos sectores universitários de investigação e ensino favorecidos por subsídios da Fundação Gulbenkian, foi recebido na Sala de S. Pedro pelo director da Biblioteca Geral, Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, pelo bibliotecário-chefe Dr. César Pegado, restantes bibliotecários e outros funcionários daquela casa. Na Sala de S. Pedro, onde se encontravam expostas as obras oferecidas pela Fundação à Biblioteca (desde 1962 a 1968), o Dr. Azeredo Perdigão teve oportunidade de apreciar numa visão de conjunto a importância destas doações de que fazem parte várias obras de informação bibliográfica, auxiliares imprescindíveis nos serviços técnicos de uma biblioteca. Entre estas contam-se: The National Union Catalog, da Biblioteca do Congresso (Washington), Catalogue général des livres imprimés, da Biblioteca Nacional de Paris, Dictionnaire des ouvrages anonymes et pseudonymes publiés par des religeux de la Compagnie de Jésus, Grand Larousse encyclopédique, Enciclopedia cattolica, Enciclopedia universale dell'arte, Encyclopaedia britanica, Grove's dictionary of music and musicians, Encyclopedia of science and technology, Catalogue of printed books, do Museu Britânico, etc., etc.

«University paperbacks» na Sala de S. Pedro da Biblioteca da Universidade de Coimbra

O ensino democratiza-se e o livro, mesmo o de nível universitário, em brochura atraente, cómoda e pouco dispendiosa, torna-se acessível às bolsas mais modestas... Tal é a certeza que permaneceu ao termos percorrido essas centenas de livros que estiveram patentes a um público numeroso e interessado, durante um período de dez dias (15 a 25 de Janeiro), na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

A exposição, organizada pelas imprensas das Universidades de Oxford e Cambridge, pela livraria do Diário de Notícias de Lisboa, com o concurso do Instituto Britânico em

Portugal, foi inaugurada na presença do director da Casa de Inglaterra, Dr. John Leo Reutledge, do bibliotecário-chefe da Biblioteca da Universidade, Dr. César Pegado, outras individualidades, além de alguns professores, bibliotecários e alunos.

Os livros universitários, abrangendo vários sectores da cultura, distribuiam-se pelos núcleos seguintes:

- 1 Filosofia
- 2 Literatura grega e latina
- 3 Religião
- 4 História
- 5 Literatura europeia
- 6 Literatura asiática e africana
- 7 Literatura americana
- 8 Literatura shakespereana
- 9 Ficção (crítica)
- 10 Poesia inglesa e americana.

1. Exposição Internacional do Livro Médico

Por iniciativa da revista «Escola Médica» da Faculdade de Medicina do Porto e com a colaboração do British Council, da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, do Serviço de História da Medicina daquela Faculdade, do Sindicato dos Editores Franceses, do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, de revistas portuguesas da especialidade e de algumas organizações editoras espanholas, realizou-se na Faculdade de Medicina do Porto a 1.ª Exposição Internacional do Livro Médico com cerca de 2 000 livros franceses, ingleses, norte-americanos e portugueses.

Simultâneamente funcionou um serviço de encomendas destinado a facilitar aos visitantes a aquisição de livros. Graças à Fundação Gulbenkian os alunos da Faculdade de Medicina puderam beneficiar de preços especiais.

No decurso da exposição foram feitas conferências sobre o ensino médico nos Estados Unidos, França e Alemanha e sobre a investigação bibliográfica.

Exposições de livros de medicina

Integrada no programa das celebrações do 30.º aniversário do Instituto Britânico em Portugal, foi inaugurada no passado mês de Fevereiro no Instituto Britânico em Lisboa e na Faculdade de Medicina de Coimbra uma exposição de cerca de 600 livros ingleses de medicina.

Também na Faculdade de Medicina de Coimbra, a partir do dia 10 de Abril, esteve patente ao público uma exposição de livros franceses de medicina, organizada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Paris, em colaboração com o Instituto Francês em Portugal.

Dado o interesse dos livros expostos, estas exposições foram muito apreciadas.

Exposição de livros modernos ingleses sobre pesca

O Instituto Britânico de Lisboa e a Biblioteca Municipal da Figueira da Foz apresentaram, de colaboração, a Exposição de Livros Modernos Ingleses sobre Pesca. Esteve patente no Grémio do Comércio da Figueira, de 31 de Março a 12 de Abril.

Foi esta colecção de livros organizada pelo British Council, em Londres, para ser apresentada nos principais países pesqueiros do mundo, por ocasião das recentes Conferências Internacionais de Pesca. Além desta versão destinada à Europa, uma outra está a percorrer os principais centros pesqueiros dos oceanos Índico e Pacífico, e uma terceira seguiu para África.

Divisões do certame: Oceanografia, Metereologia e Hidrografia (34 obras); História Natural, Biologia, Botânica, Zoologia e Ecologia (112 obras); Projectos, Construção e Conservação de Unidades Pesqueiras, Engenharia Naval (56 obras); Navegação, Pilotagem e Técnicas Náuticas (27 obras); Pescarias, Técnicas de Pesca e Equipamento (111 obras); Conservação, Processamento e Utilização do Pescado (73 obras); Pescarias em Águas Interiores (27 obras); Diversos (26 obras); Publicações Periódicas, Directórios e Obras de Referência (34 obras).

A Exposição inclui fotografias, mapas, gráficos, etc., referentes às actividades piscatórias e à indústria do pescado: grupo de regulamento de luzes, formas e sinais sonoros para embarcações, mapas de formações de gelo, suas localizações e temperaturas do mar à superfície e à profundidade; fotografias ilustrando aspectos do equipamento e operações de pesca; painéis mostrando três modernas unidades pesqueiras, etc.

A Exposição documenta a modernização da frota pesqueira mundial: emprego da electrónica na localização dos cardumes, mecanização do lançamento e recolha das redes, introdução do sistema de pesca pela ré nos novos arrastões e instalação de fábricas de processamento do pescado no próprio barco, ainda no alto mar.

Um cartaz ilustrava as Pescarias do Norte, que se estendem dos bancos da Terra Nova, a ocidente, até ao litoral da Nova Zembla, a leste, compreendendo a costa da Gronelândia, Islândia, Ilhas Faeroe, Noruega, Rússia, Spitzbergue e Ilhas dos Ursos.

São frequentadas pelas frotas da Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, França, Bélgica, Holanda, Países Escandinavos, Espanha e Portugal, além das dos países da Europa Oriental. Aí as tripulações enfrentam os mares mais perigosos do mundo nas piores condições de tempo.

Assim a pesca está a assumir um papel cada vez mais importante na solução do problema alimentar que enfrenta o mundo de hoje, em plena crise de explosão demográfica. Nos últimos 20 anos triplicou o volume mundial do pescado, que passou de 20 para 60 milhões de toneladas por ano. (ANTÓNIO VÍTOR GUERRA).

A Universidade de Coimbra no Arquivo Histórico Ultramarino — comunicação apresentada pelo nosso Colega Dr. Alberto Iria à Academia das Ciências.

Na presença de muitos académicos, presidindo o Prof. Moses Amzalak secretariado pelo Prof. Damião Peres, reuniu-se recentemente a Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa. Durante a sessão, apresentou o nosso Colega, Dr. Alberto Iria, ilustre director do Arquivo Histórico Ultramarino, uma comunicação sobre a existência de documentos, no estabelecimento que dirige, relativos à Universidade de Coimbra. O número daqueles — pouco mais de duas dezenas — deve aumentar ainda, pois continuam as pesquisas arquivísticas para seleccionar outras fontes. Tais pesquisas são orientadas também para o inventário de documentos que mostrem as relações da Universidade de Coimbra com o Ultramar Português.

A contribuição do Dr. Alberto Iria para a história da Universidade de Coimbra, especialmente na efectivação do estudo das suas relações com o Ultramar, reveste um interesse excepcional. Pode, assim, a mesma acrescentar-se às notáveis colectâneas documentais devidas aos Profs. Mário Brandão («Documentos de D. João III») e Manuel Lopes de Almeida («Documentos

da Reforma Pombalina») e ao nosso Colega Dr. Mário Alberto Nunes Costa, director da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas («Documentos para a história da Universidade de Coimbra»), aos quais o Dr. Alberto Iria fez particular e expressa referência. (J. Tomás Pereira).

Uma raridade bibliográfica existente na Biblioteca Pública de Ponta Delgada

O «Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira», no seu número de Julho-Setembro do ano findo, agora recebido, insere uma notícia do distinto lusólogo Charles Ralph Boxer acerca duma obra raríssima e que aquele distinto bibliófilo diz que «depois de porfiadas buscas e investigações em muitas bibliotecas públicas e particulares» só conseguiu encontrar um exemplar, «quiçá único», na Biblioteca Pública do Porto.

Trata-se da «Jornada que Francisco de Souza Castro Fidalgo da Casa de Sua Magestade e do seu Conselho, Comendador de S. Miguel de Lavradas, fez ao Achem com hũa importante

embaixada inviado pelo V. Rey da India Pero da Sylva no Anno de 1638».

O opúsculo, em formato 4.º, consta de 33 folhas inumeradas, tem na portada as armas da Ordem de S. Francisco e na última folha a data das licenças: «Goa e meza 4 de Dezembro de 1642». No verso desta os seguintes dizeres manuscritos: «Visto estar conforme pode correr: Goa e meza 20 de Dezembro de 1642. Ant. de Faria Machado. — Jorge Secco de Macedo».

É seu autor Fr. Gonçalo de S. José, Franciscano da província de S. Tomé da India Oriental e foi impresso em Goa, provàvelmente na imprensa dos Jesuítas do Colégio de S. Paulo, com

tipo bastante imperfeito.

A primeira notícia acerca deste raríssimo opúsculo foi dada, em 1878, por Ricardo Pinto de Matos no Manual bibliográfico português de livros raros, clássicos e curiosos.

Inocêncio no seu *Dicionário Bibliográfico Português* diz ter visto um exemplar que pertenceu ao Convento da Graça de Lisboa. Barbosa Machado, na Biblioteca Lusitana, não se lhe refere, certamente por ignorar a sua existência.

Desta raríssima espécie, que pertenceu a José do Canto, existe um exemplar na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, em óptimo estado de conservação, e que é possivelmente aquele a que se refere Inocêncio, porque no verso da portada traz a nota manuscrita «Da livr.ª de N. Sr.ª da Graça de Lxª» (Alfredo M. Gonçalves).

Brasileiros nos arquivos portugueses

Os turistas vêm a Portugal... e os estudiosos também. No mês de Janeiro tivemos entre nós uma missão cultural brasileira, (aqui permaneceu durante duas semanas), para realizar pesquisas na Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino. De salientar que à frente da missão se encontrava o Professor Odorico Pires Pinto, secretário-geral do Instituto Histórico e Geográfico da Guanabara e director do curso de História da Universidade do Rio. Tendo-se dedicado ao estudo das relações históricas entre Portugal e o Brasil, foi ele que, mercê de pesquisas nos arquivos ultramarinos e na Torre do Tombo, fez reviver a figura de José Fernandes Pinto Alpoim (1) a quem a antiga capital brasileira tanto deve, pois foi esse brigadeiro e português dos melhores o responsável por grande parte dos majestosos monumentos e construções que ainda hoje ornamentam a bela cidade do Rio de Janeiro e aí assinalam indelèvelmente a presença portuguesa.

⁽¹⁾ Falecido no Brasil em 1765.

REUNIÕES CIENTÍFICAS

			Establishment Establishment		
DATAS	LOCAIS	ORGANIZA- DORES	DESIGNAÇÕES	темаѕ	INFORMAÇÕES
31 Maio a 9 Junho 1969	Nice		1.º Festival Inter- nacional do Livro	3 Colóquios: 1.° O espírito criador e o livro; 2.° O livro e o pro- gresso individual; 3.° O livro e os ócios	117, Bd. Saint-Germain — Paris 6 ème.
25-30 Agosto 1969	Copenhaga	IFLA	35.º Conferência da Federação Interna- cional das Asso- ciações de Biblio- tecários		IFLA 13 Vine Court Road, Sevenoaks, Kent, Grã Bretanha
8-12 Setembro 1969	Madrid		XII Congresso In- ternacional de Artes Gráficas		XII Congresso Inter- nacional de Artes Grá- ficas Paseo del Prado, 18-5.º — Madrid 14
29 Setembro a 5 Outubro 1969			VI Congresso Inter- nacional dos Biblió- filos		Secretariado: «Biblio- philie» c/o Intercon- gress 6-8, Stadiongasse, A-1010 Wien, Áustria
22-30 Novembro 1969	Rio de Janeiro		2.º Congresso Regional de Documentação da América Latina e 9.º Reunião da FID/CLA (Comissão Latino-Americana da FID)		Instituto Brasileiro de Bibliografia e Do- cumentação Av. General Justo, Rio de Janeiro
14-24 Setembro 1970	Buenos Aires	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecni- cas	35.ª Conferência da FID		Consejo Nacional de Investigaciones Cienti- ficas y Tecnicas Rivadavia 1917—R. 25 — Buenos Aires (Ar- gentina)
8-12 Março 1971	Londres		3.º Congresso Inter- nacional de Repo- grafia	3 Secções: 1.ª Como trabalhar; 2.ª Como aplicar; 3.ª Como organizar	

A inauguração da Bibliothèque Albert Ier de Bruxelas

Nos dias 17 e 18 de Fevereiro deste ano de 1969, inaugurou-se o novo edifício da Biblioteca Nacional da Bélgica, a Biblioteca Albert Ier.

A inauguração pròpriamente dita teve lugar na manhã do dia 17, numa sessão solene realizada no Palácio do Congresso, na sala Albert Ier, à qual assistiram os reis da Bélgica.

Discursaram o Ministro da Educação Nacional, Abel Dubois, o Ministro da Cultura Neerlandesa, Frans van Mechelen e o Rei.

Na tarde desse mesmo dia, e por todo o dia 18, realizou-se um Colóquio subordinado ao tema: As grandes bibliotecas gerais no último quartel do séc. XX.

Usaram da palavra: H. Libaers, conservador-chefe da Biblioteca Real; E. Dennery, administrador geral da Biblioteca Nacional de Paris e director geral das bibliotecas de França; C. Reedijk, director da Biblioteca Real de Haia; R. Vosper, director da Biblioteca da Universidade da Califórnia; L. Borngässer, director geral da Staatsbibliothek de Berlim; I. Kondakov, director da Biblioteca de Lenine de Moscovo e Frank Francis, director do British Museum de Londres.

Este colóquio despertara em mim o maior interesse porque, discutido tema idêntico no Colóquio das Bibliotecas nacionais da Europa, realizado em Viena, em Setembro de 1958, aguardava com espectativa o que de novo ou de diferente se poderia vir a dizer dez anos mais tarde. Embora o tema de então parecesse dizer apenas respeito às bibliotecas nacionais, a verdade é que as comunicações e discussões se estenderam aos problemas das bibliotecas gerais, também chamadas enciclopédicas, pois têm efectivamente características comuns. Assim se justifica a aproximação que fiz destes dois colóquios, o de Viena e o de Bruxelas.

Na altura, em 1958, sentia-se a necessidade de definir a missão de tal tipo de bibliotecas, e, embora inconfessado, havia o receio de se vir a concluir que para elas deixara de existir justificação cabal. Isto devido ao aparecimento e reconhecida necessidade das bibliotecas especializadas, e ao incremento e nova orientação, muito própria, dados às bibliotecas de leitura pública. Devido, ainda, à impossibilidade de manter a preocupação de enciclopedismo, e à modificação dos hábitos de trabalho que exigem hoje o acesso rápido e fácil às diferentes espécies e informações.

O Colóquio de Viena foi muito proveitoso, e, das comunicações apresentadas e resumo das discussões, publicadas pela Unesco (1), penso poder enunciar do seguinte modo, e duma forma resumida e esquemática, as funções que à biblioteca nacional foram reconhecidas:

1 — Conservação de toda a bibliografia nacional, sendo, consequentemente, o organismo a quem compete a sua publicação.

2 — Recolha e conservação da bibliografia estrangeira sobre o país.

3 — Recolha das grandes obras de referência, de tratados básicos e obras de síntese, além de obras de interesse marginal, que têm o seu público próprio, e não se procuram, nem se encontrariam, em bibliotecas especializadas.

4 — Serviços de coordenação e centralização: coordenação nacional de aquisições, empréstimo e trocas internacionais, catálogo colectivo, catalogação centralizada, elaboração de códigos de regras catalográficas, etc.

5 — Papel director junto das outras bibliotecas.

⁽¹⁾ UNESCO — Tâches et problèmes des bibliothèques nationales. Colloque des bibliothèques nationales d'Europe. Paris, 1960. (Manuels de l'Unesco à l'usage des bibliothèques, 11).

Passados dez anos, e particularmente no momento em que se inaugurava uma grande biblioteca, não se poderia pôr mais em dúvida a justificação duma biblioteca geral. E de facto não se pôs. Os conferencistas orientaram os seus trabalhos no sentido de descreverem as bibliotecas que dirigem, expondo os problemas específicos e locais com que depararam, e como os procuram resolver. Foram de novo, e repetidamente, apresentadas como funções das bibliotecas gerais aquelas que atrás deixei enumeradas, apresentando-se, no entanto, dois novos elementos:

1 — a aquisição, ainda nos dias de hoje, deve ter em especial atenção a produção humanística, pois no campo das humanidades a especialização ainda não fez tão grandes exigências. Particularmente no que diz respeito às ciências sociais, compete à biblioteca geral recolher abundante material de investigação pois elas constituirão uma preocupação dominante nos próximos anos.

2—a missão tão complexa, variada e ampla das bibliotecas gerais, e o volume dos materiais a tratar e a difundir, em todo o tipo de bibliotecas, exigem hoje a automatização. Ainda dentro da sua função centralizadora, competirá às bibliotecas nacionais acelerar os estudos neste domínio e promover as realizações.

Como colóquio podemos afirmar que não atingiu os seus fins, pois a participação foi quase nula, não se generalizando os debates. Foi nítida a falta de interesse dos participantes em intervir, e não se sentiu uma presença maciça dos Bibliotecários da Bibliothèque Royale procurando, como donos da casa, digamos assim, que se estabelecesse a discussão e se procurassem variados contributos. Este colóquio pareceu ser, pura e simplesmente, um acto do programa a cumprir.

Durante estes dias teve a Biblioteca patente ao público uma exposição das aquisições

feitas nos 15 anos que o edifício levou a construir.

Encontravam-se belíssimamente expostas cerca de 500 espécies de valor, representando as várias secções da Biblioteca: manuscritos, medalhas, estampas, mapas e plantas, reservados,

música, arquivos e museu de literatura e calcografía.

Foram expostos também fundos especiais como os arquivos Henry van de Velde, os fundos da «Imitação de Cristo», da Comuna de Paris, da «Library of American Studies», a colecção de livros japoneses Winiwarter, e inaugurados gabinetes especiais e de exposição permanente, para as doações de maior monta. Dos manuscritos, tantos deles iluminados, riquíssimos, sobressaíam um conjunto de bíblias, saltérios, breviários, e outros escritos religiosos, as crónicas de Jean Froissart e um papiro grego do Egipto, do séc. VII da nossa era; no seu conjunto proporcionavam uma panorâmica da evolução da escrita e da iluminura locais do séc. x ao séc. xvi. A evolução do livro impresso, até aos nossos dias encontrava-se também patenteada nos livros preciosos expostos; autógrafos e documentos literários de Rodenbach, Victor Hugo, Charles Van Lerberghe, André Gide, Émile Verhaeren, Jean Cocteau, Lugné-Poe, Michel de Ghelderode, etc.; moedas gaulesas, romanas e medievais, medalhas da Renascença até ao nossos dias; das estampas, numa explêndida selecção de obras dos fins do séc. xv até ao séc. xx, foram escolhidas e expostas, entre outras, gravuras de Rubens, Van Dick, Jérôme Bosch, André Vesale, Breughel, Rembrandt, Van Orley, Constantin Meunier, Gauguin, Van Gogh, Van de Velde, Matisse, Picasso e Chagall.

Foi publicado um catálogo profusamente ilustrado, onde é dada a descrição pornenorizada

dos documentos expostos.

A exposição estendia-se pelas salas destinadas às exposições temporárias: a grande sala, à qual o público tem acesso directo por uma entrada lateral da biblioteca; a capela de Nassau, do séc. xvi, que é o último vestígio do palácio do mesmo nome e que ficou incrustada no

edifício, depois de muito se ter discutido se se deveria desmontar para construir noutro local, ou no próprio, mas no alinhamento da fachada onde se encontra; e o hall para onde dão as secções de reservados e manuscritos.

Na disposição das espécies expostas imperava uma sobriedade de muito bom gosto, sem artíficios tendentes a torná-la variada, o que no caso presente seria desnecessário, dada a riqueza do material exposto. As vitrinas eram simples, quadrangulares sobre armações de madeira de linhas direitas, mantendo as espécies, duma maneira geral, à altura dos olhos. Muito atraente a exposição de medalhas e moedas colocadas em vitrinas-prateleiras de parede, sobre fundo escuro, realçadas por uma iluminação própria bem estudada, que contrastava com a escuridão da sala, um pequeno gabinete contíguo ao hall de que falámos. Estes entre muitos outros pormenores de exposição que não podiam deixar de prender atenção de quem se vê frequentemente incumbido de realizações congéneres.

Perante esta riqueza que nos foi dado observar e perante os elementos que nos foram distribuídos, que mostram serem de 27 156 000 fr. b. (c. 15 350 000\$00) as disponibilidades para aquisições em 1969, não foi sem espanto que ouvimos M. Libaers, com o seu humor habitual, agradecer ao Ministro da Educação as verbas concedidas que são «insuficientes por definição»...

Acabado o colóquio foi proporcionado a todos os participantes uma visita guiada à Biblioteca percorrendo-se as seguintes secções: Catálogo, Sala de leitura, Periódicos, Manuscritos, Reservados, Mapas e Laboratório fotográfico.

Foi sem dúvida muito proveitosa esta visita, para que da Biblioteca se ficasse com uma visão geral, mas não dispensou, no entanto, que posterior e particularmente se pedissem determinados esclarecimentos. Numa altura especial como foi esta da inauguração, sentimos o pessoal sobrecarregado e disperso, pelo que nem sempre os esclarecimentos foram tão precisos quanto desejavamos, e nem sempre prestados por quem, em circunstâncias normais e em cada lugar, por certo os prestaria. O Guide du lecteur, do qual foi publicada agora nova edição, completou os esclarecimentos.

Grosso modo podemos dizer que na biblioteca há três grandes divisões: o Departamento de impressos, as Secções Especializadas e os Centros de Documentação.

No Departamento de Impressos são consultados todos os impressos correntes, livros, periódicos e jornais.

Não podem ser consultadas nesta secção, como é óbvio, as obras dos reservados e as obras de referência especializadas que tem lugar nas secções próprias. O depósito legal, também constitui uma secção especializada, como veremos, e só quando, devido ao seu interesse, um 2.º exemplar é comprado, quer de livros quer de periódicos, é que obras nacionais aqui podem ser facultadas à leitura.

Os catálogos, em fichas de 12,5/7,5 cm, são dois: o catálogo alfabético de autores e títulos (títulos de obras anónimas, de coleções, de revistas e jornais) e o catálogo alfabético de matérias e de títulos de obras literárias.

São fundamentalmente dois catálogos, mas encontram-se divididos em três partes. A primeira diz respeito a obras adquiridas anteriormente a 1910, e não está à disposição do público em livre acesso; é facultada a pedido. A segunda compreende as obras adquiridas entre 1910 e 1959. As fichas são redigidas em francês. Esta última parte já é de livre acesso. A partir de 1 de Janeiro de 1960, as obras catalogadas figuram em dois ficheiros um em francês e outro em neerlandês, de livre acesso também.

Nestes catálogos não se encontram fichas analíticas de revistas, a não ser de separatas que a Biblioteca possua, nem as obras do depósito legal que, como vimos pertencem a uma secção independente, e aí tem os seus catálogos próprios.

Não tem ao público um catálogo sistemático. Por tal razão interessou-me ver se o alfabético de matérias não tentaria suprir um pouco a sua falta, recorrendo também a encabeçamentos genéricos, como entre nós frequentemente acontece, e assim se transformando num catálogo misto. De facto não. Os encabeçamentos procuram exprimir concreta e directamente o conteúdo da obra, sem o integrar em quaisquer quadros ou sistemas.

Como lista de encabeçamentos, duma forma geral, segundo me informaram, é utilizada a «Liste de vedettes matières de Biblio», da Hachette, por nós tão utilizada

também.

Os elementos na ficha estão dispostos duma forma compacta.

O catálogo está em comunicação com a sala de leitura, sendo a separação feita por colunas e estantes com as obras de referência; estas não se encontram apenas na zona divisória, mas estendem-se pelo catálogo e pela sala de leitura pròpriamente dita.

O acesso a estas obras é livre, e cada uma tem a sua etiqueta com a cota, podendo o próprio leitor proceder à arrumação, caso queira, ou deixá-las sobre as mesas, arrumando-as

os empregados.

O esquema geral da classificação segundo o qual estão dispostas é o seguinte:

A. Biblioteconomia

B. Bibliografias gerais. Catálogos de grandes bibliotecas.

C. Enciclopédias. Dicionários gerais.

- D. Biografias. Anuários. Repertórios de endereços. Instituições.
- E. Ciências em geral. Ciências humanas. Filosofia. Psicologia.

F. Religião. Teologia.

G-H. Filologias e Literaturas.

J. Belas Artes. Distracções.

K. História geral.

- L. História Nacional de diferentes países.
- M. Ciências da Terra, geografia, geologia, cartografia, etc.

N. Direito.

- P-R. Direito natural dos diferentes países.
 - S. Ciências políticas e económicas.
- T. Ciências sociais.
- V. Ciências exactas.
- W. Medicina e ciências relacionadas.
- X. Agricultura. Economia agrícola.
- Y. Técnicas e Engenharia.

Na sala de periódicos, os fascículos do ano em curso estão à disposição dos leitores, arrumados em cacifos segundo uma ordem sistemática. São cerca de 4 500 periódicos diferentes, predominantemente estrangeiros porque, tal como para as publicações não periódicas, as revistas nacionais encontram-se na secção de depósito legal; um ou outro 2.º exemplar é adquirido se for considerado de interesse especial.

Os cacifos são numerados, e a eles se chega através de dois catálogos: um alfabético de títulos e outro sistemático. A sistematização é uma adaptação da CDU.

Os volumes anteriores ao ano corrente são consultados na sala de leitura geral.

Os jornais terão uma sala própria, que na ocasião ainda estava em acabamento, pelo que se encontravam à consulta nesta secção. Têm dois catálogos alfabéticos de títulos, um para os jornais belgas, outro para os estrangeiros.

Passando às Seccões Especializadas temos:

1 — Secção de Depósito Legal, que possui todas as publicações belgas e publicações estrangeiras de autores belgas residindo na Bélgica; esta secção arquiva também as obras estrangeiras que tratam do país, as quais a Biblioteca procura adquirir sistemàticamente.

A leitura é apenas permitida para estudo, não havendo empréstimo domiciliário, uma

vez que tem carácter de arquivo de toda a produção nacional.

Tem os seguintes catálogos: alfabético de autores e títulos de anónimos, alfabético de matérias (em francês e em neerlandês), sistemático segundo a CDU, catálogo de separatas de autores belgas e de obras publicadas no estrangeiro que digam respeito à Bélgica.

2 — Museu de literatura, cujas colecções possuem manuscritos, autógrafos, documentos biobibliográficos e iconográficos, etc. de vários autores, distinguindo-se alguns fundos especiais.

3 — Reservados, secção que possui 35 000 espécies das quais 2 300 são incunábulos.

Este conjunto documenta a história do livro dos Países Baixos e da encadernação, desde o séc, xy aos nossos dias. Do séc, xx existe um núcleo importante de livros ilustrados por grandes artistas franceses.

Possui os catálogos: onomástico, de assuntos, de impressores, de ilustradores, brasões de armas, superlibros, ex-libris, pertences manuscritos, autógrafos, fac-similes, velinos e curiosidades diversas.

Tem as suas próprias obras de referência.

4 — Secção de Mapas e Plantas. Possui mapas do mundo inteiro sendo mais numerosos os relativos à Bélgica; o fundo, principalmente composto de mapas originais, sendo os mais antigos do séc. xvi, tem também algumas reproduções.

Estão arrumados numa ordem geográfica e a secção possui dois catálogos, um topográfico

e outro de autores. Há ainda inventários das coleções integradas no conjunto.

5 — Secção de música. As instalações definitivas ainda não estavam acabadas, pelo que os fundos musicais se encontravam à consulta nos Reservados.

Possui documentos musicais, muitos deles fazendo parte de colecções importantes, e procura adquirir microfilmes de todas as fontes musicais relativas à música nos Países Baixos dos

sécs. XVI e XVII, conservados nas bibliotecas estrangeiras.

Tem catálogos, em fichas, de autores e assuntos, para a música impressa, catálogos de manuscritos, e catálogos especiais de títulos, de libretos, de programas de concertos, de iconografia musical, de sistemas de notação e topografia musical e de impressores e gravadores de música.

Têm ainda, catálogos impressos.

6 — Gabinete de estampas, Possui cerca de 700 000 espécies, principalmente de escolas

nacionais, desde o séc. xv ao presente.

Num fundo geral são ordenadas albèticamente pelo nome dos artistas, segundo os formatos. Têm ainda fundos especiais, agrupados por rubricas como: história, retratos, topografia, trajos, etc.

Tem catálogos em fichas — alfabéticos de autores e assuntos — além de catálogos

impressos.

7 — Gabinete de manuscritos. Tem um fundo geral dividido em quatro séries, correspondentes a outros tantos períodos de aquisições.

Tem ainda fundos especiais.

Os manuscritos são, no total 34 241 havendo uma média de aquisições por ano de 200 epécies.

Tem catálogos impressos, e vários catálogos em fichas.

8. Gabinete de Medalhas. A colecção deste Gabinete não é composta apenas de medalhas,

mas também de moedas, selos, vasos gregos e outras peças.

Duma maneira geral a classificação é topográfica e dentro desta cronológica. Há catálogos impressos parciais e os catálogos das diversas exposições. Em fichas há um catálogo de autores e assuntos das medalhas belgas posteriores a 1830. Ainda em fichas, há um reportório dos achados de moedas antigas na Bélgica.

Anexo possui um atelier onde podem ser feitos moldes de moedas, medalhas, ou selos,

obtendo-se reproduções quer em gesso quer em cera vermelha.

Os Centros de Documentação são os seguintes: Centre National de Documentation Scientifique et Tecnique(CNDST); Section des Catalogues Collectifs, Centre Belge de Traductions, Centre de Documentation Africaine (CEDOCA) e Centre d'Études Américaines.

O primeiro destes, centros, o Centre National de Documentation Scientifique et Tecnique, considera-se ao serviço de investigadores, laboratórios de investigação, universitários e industriais, e instituições científicas, nos campos da medicina, ciências exactas e ciências aplicadas, tecnologia e agricultura. Em futuras e sucessivas etapas alargará a sua acção a outros domínios prevendo-se que se sigam a economia e a filosofia.

Com a criação do Centro procurou-se valorizar 100% a massa documental da Biblioteca, pois o seu abundante material sem tratamento e difusão adequados não poderia responder.

a todas as necessidades da investigação.

Embora com independência administrativa, com orçamento e programas próprios está ligado à Biblioteca pelo Conservador-chefe e pela utilização dos seus fundos. As revistas, como é óbvio, constituem a principal fonte de informação; a Biblioteca regista-as apenas, e o Centro analisa-as; duas ou três semanas após a sua entrada estão prontas a ser colocadas

na respectiva secção para poderem ser dadas normalmente à consulta.

O pessoal científico tem uma formação de base humanística e biblioteconómica; são antigos bibliotecários da Bibliothèque Royale, inclusivé o seu director, August Cockx, especializados depois na preparação da informação científica (¹). Elaboram os catálogos, as listas, recolhem e tratam todas as informações. São, no total, 35. Têm junto de si permanentemente conselheiros universitários, especialistas nas várias matérias, com os quais os interessados são postos directamente em contacto, sempre que as consultas não sejam de carácter puramente bibliográfico e impliquem uma investigação própria, como bibliografias selectivas, resolução de problemas concretos, conselhos sobre melhores métodos ou técnicas a utilizar, etc., etc.

As consultas podem ser feitas quer em presença, quer por carta, quer pelo telefone. É um serviço grátis, o que se, por um lado, pode levar os seus utilizadores a desconfiar da idoneidade do trabalho, por outro tem a vantagem de permitir respostas fáceis pelo telefone, de não ser considerado um serviço «para americanos», e permitir o à vontade suficiente para

se responder ou não responder.

Duma forma geral recorrem aos serviços do Centro de Documentação as pequenas empresas, que não consideram rentável montar um centro próprio, e investigadores isolados. Entre a classe médica é curioso notar-se que, nos primeiros anos depois da formatura, o médico pensa poder organizar o seu próprio material de informação; a breve trecho, no entanto,

Penso que a tais bibliotecários com uma preparação específica para o tratamento técnico da informação

científica se poderá chamar documentalistas.

⁽¹⁾ Nesta visita, e pelas explicações de Mr. Cockx, não me consegui aperceber o que entendia por documentalista e suas funções. Referiu-se sempre aos «bibliotecários» e aos «investigadores», insistindo que os primeiros não eram especialistas em nenhum dos domínios analisados.

convence-se ser este um empreendimento impossível e passa a recorrer ao Centro Nacional de Documentação.

O Centro tem como programa de trabalho:

1.º — Fornecer informações 100% cientificamente válidas e 100% utilizáveis.

2.º — Fornecer reproduções de artigos, etc., encomendados directamente para o cliente nos vários serviços de reprodução a que recorre, utilizando o Catálogo colectivo para localizar as espécies existentes no país e servindo-se do telex para o estrangeiro. Nos laborató-

rios fotográficos da Bibliothèque Royale fazem-se por dia cerca de 3 000 cópias.

3.º — Manter permanentemente actualizado um inventário da produção científica, tomando nota de quem ou que instituições trabalham predominantemente nos vários domínios, para poder orientar para lá quem queira fazer investigações mais profundas. Particularmente junto de instituições estrangeiras que dispõem de biblioteca ou centro de documentação, o Centro fez a apresentação de quem a elas tenha necessidade de recorrer.

Procura conhecer todas as reuniões ou congressos nacionais ou internacionais, que estão para se realizar, mantendo deles informadas as pessoas a quem possívelmente interessam, e cujos nomes possui registados a partir de listas de participantes de reuniões anteriores.

Para a actualização desse inventário, recorre-se sistemàticamente a todo o tipo de fontes: publicações várias, rádio, televisão, etc.; considerando muito importante a informação oral, há um certo número de pessoas-chaves a quem frequentemente se pedem informações, e que normalmente acolhem bem esses pedidos, dando as devidas e úteis respostas.

4.º — A automatização encontra-se ainda numa fase experimental, tendo sido o programa

iniciado em 1965.

Trabalham 6 ou 7 programadores, ao lado do pessoal normal do Centro.

O inventário atrás referido e os seus índices já são produzidos, em forma de lista, por um computador IBM. Os dados registados nas bandas magnéticas são comparados e seleccionados automàticamente para o envio das informações sobre congressos a realizar, etc., também atrás referidas.

Os catálogos ainda são de tipo tradicional, de selecção manual; como nos foi dito só se passará a uma automatização neste campo quando o movimento de consulta o justificar.

O Centro mantém uma «política agressiva» enviando regularmente questionários vários, segundo os interesses, dando informações, tantas vezes pelo telefone, mesmo sem serem pedidas, etc.

No começo e no fim do ano reune o Comité Científico, cujos membros são estranhos aos serviços normais do Centro: directores de investigação, administradores de laboratórios, investigadores isolados etc.; pronuncia-se sobre a realização do programa de acção e sobre os planos de futuro.

A Secção do Catálogo Colectivo reportoria todos os periódicos, os congressos e as grandes

colecções científicas.

Publicado, e também em fichas (200 000), possui ainda, em permanente actualização, o catálogo colectivo belga e luxemburguês dos periódicos estrangeiros. Tem para tal a colaboração permanente de 500 bibliotecas.

Recebe pedidos de localização de publicações quer em bibliotecas belgas quer em bibliotecas estrangeiras, e procura todas as informações bibliográficas que digam respeito a essas

publicações.

Para terminar darei, em números, elementos significativos que permitem avaliar a dimensão dos serviços prestados e das possibilidades da Bibliothèque Albert Ier, dados válidos para 1968.

Coleções gerais, n.º total de volumes: 2 600 000; entrados em 1968: 38 354: dos quais 671 novos periódicos estrangeiros; Depósito legal, títulos entrados, 12 564: dos quais 658 novos periódicos belgas; Manuscritos, total: 34 241; Moedas e Medalhas, total: 184 792; Estampas e desenhos, total: 511 475; Mapas e Plantas, total: 109 578; Incunábulos e livros preciosos, total: 34 968; Pessoal científico: 63 unidades; Pessoal técnico: 247.

Por dia, média de leitores: 290, de consultas: 672, de empréstimos: 192.

O edifício custou até à data 855 565 659 fr. b. (ainda não está totalmente concluído), ocupa uma superfície total de 67 371 m2; a torre tem 16 andares e o total dos depósitos possui cerca de 150 km de estantes, dos quais estão ocupados 58; salas públicas, quer de consultas referência, audições ou gabinetes privados, possui 17, num total de 1114 lugares; são 6 as sala, de exposições e 4 as de conferências e reuniões; tem 20 elevadores e monta cargas, 16 linhas, de pneumáticos com 101 postos receptores e expedidores; 400 linhas internas de telefone e 30 linhas da rede; possui telex, e circuito fechado de televisão.

Em 1968 as secções de impressos, manuscritos, reservados, museu de literatura e estampas

produziram 220 500 fichas.

Entre as magníficas publicações da Bibliothèque Royale distinguem-se o *Liber Memorialis*, onde é feita a história da Biblioteca, e o catálogo das obras adquiridas nestes últimos 15 anos, a que já tive ocasião de me referir, ambos profusamente ilustrados e que ficam a assinalar de forma notável a data da inauguração do novo edifício. (M. Teresa Mendes).

Um colóquio em Paris sobre as bibliotecas universitárias

Por iniciativa da Association de l'École Nationale Supérieure de Bibliothécaires, realizou-se em Paris, nos dias 1 e 2 de Fevereiro, um colóquio subordinado ao tema Quelles bibliothèques pour l'Université.

Os debates, seguidos por mais de cem pessoas — professores universitários e bibliotecários — incidiram sobre a adaptação das bibliotecas às estruturas da Universidade moderna.

No decurso dos debates foi salientado o esforço feito pelos bibliotecários franceses no sentido de fazerem face ao aumento dos efectivos escolares e à evolução das disciplinas e métodos de trabalho.

Esquematizamos os principais temas e sugestões estabelecidas no decurso das sessões de trabalho.

1) Nenhuma reforma poderá resultar eficaz sem um aumento considerável das dotações

orçamentais e pessoal qualificado.

2) Cada Universidade deverá tomar consciência da necessidade de estabelecer para o conjunto das suas bibliotecas (biblioteca universitária, institutos, laboratórios...) uma política definida e coordenada. Um programa comum de aquisições e exploração de fundos deverá igualmente ser estudado.

3) Ao nível universitário a cooperação e diálogo entre o corpo docente, investigadores,

estudantes e bibliotecários é uma exigência recíproca e fundamental.

4) No âmbito de cada grande região deverá ser criada uma instituição pública dotada

de personalidade civil e autonomia financeira.

Estas instituições compreenderiam serviços técnicos comuns a todas as bibliotecas regionais e uma biblioteca central regional de conservação, informação, estudo e investigação. Os representantes dos diversos tipos de bibliotecas (bibliotecas universitárias, municipais, centros de documentação...) fariam parte do Conselho de Administração.

5) A biblioteca central regional beneficiaria do depósito legal nacional. Para a produção estrangeira um plano de coordenação nacional repartiria as aquisições dos diversos sectores da documentação, tendo em conta os fundos existentes e a vocação regional.

Os catálogos colectivos regionais deveriam ser constituídos com a maior urgência.

(J. M. MOTTA DE SOUSA).

Curso de Biblioteconomia na Grã-Bretanha (Londres e Aberystwyth) 17 de Agosto a 25 de Outubro de 1969

Em seguimento do curso realizado em 1967 e que tanto êxito alcançou, organizou o British Council, de colaboração com o «College of Librarianship», do País de Gales, um curso de biblioteconomia que se prolongará de 17 de Agosto a 25 de Outubro do corrente ano. O orientador do curso será, uma vez mais, Mr. Frank Hogg, director da referida instituição galesa.

O programa deste curso oferece aos bibliotecários de todo o mundo o ensejo de estudarem e discutirem métodos correntes e recentes progressos no campo profissional, especialmente os verificados na Grã-Bretanha. Prevê-se um estudo dos sistemas suburbanos de bibliotecas, bem como visitas a várias bibliotecas importantes, e ainda participação na Conferência Anual da Associação de Bibliotecários em Southport. Dedicar-se-á especial atenção ao papel desempenhado pelas bibliotecas e bibliotecários nos países em vias de desenvolvimento. No programa incluem-se conferências proferidas por membros do corpo docente do Colégio, muitos dos quais, além da sua experiência profissional na Grã-Bretanha, estão familiarizados com actividades congéneres noutros países, incluindo o Canadá e Estados Unidos, as Antilhas, a África Oriental e Ocidental, a Holanda, a Malásia e a Tasmânia. Haverá também conferências por figuras de grande relevo no sector da biblioteconomia.

Reservar-se-ão duas semanas do curso para que os seus participantes estagiem em biblio-

tecas que ofereçam soluções para os seus problemas específicos.

O curso terá início em Londres e, após uma semana introdutória, os participantes seguirão por estrada para Aberystwyth, visitando e estudando sistemas de bibliotecas de particular interesse durante o trajecto.

Destina-se a bibliotecários estrangeiros com funções de responsabilidade, sendo de 25 o

número de vagas.

Os participantes deverão possuir bons conhecimentos de inglês e estar aptos a acompanhar e tomar parte numa conversação normal nessa língua, o que é essencial para colherem os malores benefícios.

Para mais informações e inscrição, os interessados devem dirigir-se até 25 de Abril ao Instituto Britânico em Portugal, Rua Luís Fernandes, 3, Lisboa.

IV Seminário IATUL

Em carta dirigida à nossa Redacção, o organizador do FOURTH IATUL SEMINAR, Dr. L. I. van der Wolk, pede-nos que divulguemos em «Cadernos» a seguinte notícia:

O IV Seminário IATUL (International Association of Technological University Libraries) realizar-se-á de 1 a 6 de Setembro de 1969 na Technological University Delft (Países Baixos).

A inscrição é facultada a todos os directores (e respectivos colaboradores), de bibliotecas ligadas a universidades, institutos ou organismos de investigação. O número de participantes está limitado a 25, de forma a conseguir-se um bom contacto e resultados eficientes na discussão dos temas. O Seminário, cuja língua oficial é o inglês, ocupar-se-á da cooperação técnica entre bibliotecas a nível internacional. Peritos de vários países apresentarão a situação e as possibilidades de cada método e técnica internacional. Haverá aproximadamente quinze conferências, tendo cada uma a duração de 1,30 h. Durante a primeira parte, cada conferente fará uma análise concisa da situação presente ou das possibilidades no campo internacional, seguindo-se uma discussão em que tomarão parte o conferente e os outros participantes, através do contributo das suas próprias experiências.

O custo de inscrição neste Seminário é de 3 200\$00 (400 fl.), sem incluir as despesas de

viagem e de instalação.

Pede-se aos interessados o favor de contactarem o mais cedo possível com o secretariado, cujo endereço é o que vai indicado:

Miss B. G. Sinnema — C/O Library of the Technological University.

101 Doelenstraat — DELFT — The Netherlands.

A produção do livro espanhol em 1968

A Imprensa do Círculo de Amigos do Livro (Madrid) revelou que a produção total do livro espanhol ascendeu a 93 750 000 exemplares, com cerca de 12 500 títulos, o que significa uma média de três volumes por cada habitante.

A Espanha ocupa assim o sexto lugar entre os países da Europa no que respeita a actividade editorial.

Livros portugueses para a Biblioteca da Universidade de Oslo

Pelo Governo Português e pelo Instituto de Alta Cultura foi oferecida à Biblioteca da Universidade de Oslo uma valiosa colecção de livros portugueses. Presidiu à cerimónia de entrega o reitor da Universidade, Prof. Hans Vogt que no agradecimento salientou a importância da oferta para o estreitamento das relações culturais luso-norueguesas e para um melhor conhecimento da língua portuguesa.

Exposição bibliográfica luso-brasileira na Biblioteca Nacional de Camberra (Austrália)

Com a colaboração das Embaixadas de Portugal e do Brasil em Camberra, foi organizada na Biblioteca Nacional desta cidade uma exposição bibliográfica luso-brasileira de que faziam parte os mais significativos documentos históricos (livros e mapas), nomeadamente aqueles que dizem respeito às relações de Portugal com a Ásia.

A exposição, objecto de visitas guiadas, esteve patente a um público numerosíssimo e interessado e recebeu todo o apoio da imprensa australiana que salientou a necessidade de

aproximação entre a Austrália e os dois países de língua portuguesa.

Uma biblioteca de clássicos portugueses com primeiras edições raríssimas foi posta à venda em São Paulo (Brasil)

Esta biblioteca de um bibliófilo de São Paulo inclui centenas de clássicos portugueses, de que sobressaem primeiras edições de obras hoje raríssimas, tais como: os cinco volumes da *Nova Floresta*, de Manuel Bernardes, 1706-1728; dois volumes das *Cartas* de Vieira, na edição de 1735; edições de Bocage desde 1794; de Garrett, a 1.ª edição do *Teatro* (Lisboa, 1822) e de Eça e Ramalho *As Farpas*, começadas a publicar em 1871.

Da camoniana destacam-se cento e quarenta volumes de que faz parte a edição de Os Lusíadas de 1613. Pelo que respeita aos estudos sobre a vida e a obra do poeta, mencionamos os de Manuel Severim de Faria, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, Sousa Viterbo e Teófilo Braga.

Conta do exercício de 1968

Receitas			Despesas			
Cotas	9 955\$00	100.00	Administração	157\$50		
Assinaturas	5 528\$10		Publicações	19 727\$00		
Vendas	4 011\$00		Expediente	1 891\$60	1,	
Anúncios	550\$00		Diversos	309\$40	22 085\$50	
Diversos	495\$30				Cherryk	
Saldo do ano anterior	31 723\$30	52 271\$70				
Cotas e assinaturas em atraso	24 747\$00	e Cambra	Dívida à «Gráfica de Coimbra» em 31-12-68	6 254\$30	6 254\$30	
Consignação às livrarias	8 599\$00	33 346\$00	Saldo do exercício de 1968	57 277\$90	57 277\$90	
	a mail	85 617\$70			85 617\$70	

NOTÍCIAS VÁRIAS

^{*} O Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, Dr. Luís Silveira, participou em Bruxelas nas cerimónias da inauguração do novo edifício da Bibliothèque Royale, acompanhado da bibliotecária da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Maria Teresa Pinto Mendes.

O convite foi feito pelo Governo Belga, tendo sido concedida missão oficial pelo Instituto de Alta Cultura.

^{*} O Centro de Estudos Históricos Ultramarinos com o apoio da Fundação Gulbenkian está empenhado na tarefa utilíssima de revelar As Gavetas da Torre do Tombo, que já vão no seu 12.º volume de publicação, abrangendo este os maços 3 a 9 da Gaveta XVII.

Iniciativa como esta, alargadas a outros núcleos, permitir-nos-ão o conhecimento gradual do nosso mais importante arquivo do país e constituem, escusado será dizê-lo, uma ajuda inestimável para a investigação.

- * O quinto centenário de Vasco da Gama vai ser comemorado em Moçambique com iniciativas várias das quais salientamos: uma edição fac-similada do diário de Vasco da Gama, na parte referente a Moçambique, a cargo da Universidade de Lourenço Marques, e uma exposição itinerante organizada pelo Arquivo Histórico Ultramarino.
- * A COPRAI continua a promover vários cursos de actualização. Em Março realizou-se a 7.ª jornada da série Informática com o tema: Os meios de trabalho automático da informação na gestão administrativa de vendas.
- * A Unicepe (Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto) inaugurou em 5 de Janeiro a VII Feira Universitária do Livro, a qual estará patente ao público até 5 de Dezembro.
- * Chamamos a atenção dos colegas para os CURSOS DE FORMAÇÃO patrocinados pelo Instituto de Investigação Industrial (INII), a realizar no corrente ano de 1969, e dos quais destacamos aquele dedicado à informação técnica (Ver INII-Programas, 1969, p. 14) cujo tema é o seguinte: A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA NO INTERIOR DA EMPRESA.

Alíneas do sumário: Importância da informação técnica e económica para a empresa. Organização de Serviços de Documentação no interior da empresa e das administrações públicas. Fontes de informação: Equipamentos e meios a utilizar, na entrada, no tratamento e na saída da informação (informática documental). Descrição das características e preços. Formação do pessoal encarregado da selecção, do resumo e da indexação documental bem como da gestão de um serviço de documentação e informação.

O Curso, ministrado em francês, realizar-se-á em Lisboa, de 14 a 17 de Maio, e terá a duração total de 28 horas repartidas diàriamente conforme o horário abaixo indicado: 9 h. às 12,30 h.; 14,30 h. às 18 h.

O custo da inscrição é de 2500\$00.

Novo Apartado de «Cadernos»

Avisamos os colegas de que, tendo havido alteração no número do Apartado de «Cadernos» toda a correspondência dirigida à Redacção deverá mencionar a partir de agora, o novo endereço: Apartado 103.

* Saíu a 3.ª edição do Guia Internacional de Bibliotecas (1969-1970) completamente revisto e ampliado, no qual são dadas informações sobre 45 000 bibliotecas de 150 países. A obra consta de um só volume.

Os pedidos de aquisição devem ser dirigidos a: The A. P. Wales Organization, International Library Directory, 18 Charing Cross Road, Londres W. C. 2, Inglaterra.

* Integrado nas comemorações do XX aniversário do Teatro Universitário do Porto realizou-se em Dezembro último a Feira do Livro do Teatro.

* A Junta Distrital de Beja vai dar início à construção do seu Arquivo Distrital, obra orçada em 2 500 contos e cuio projecto foi confiado ao arquitecto Alberto Azevedo Centeno.

O planeamento de um arquivo obedece a um sem número de directrizes ditadas pelo fim a que se destina — condições de segurança como depósito e recursos de utilização como local de trabalho e como auxiliar da educação.

Terá a Junta ouvido o parecer de arquivistas? Confiamos que sim.

- * À Biblioteca Municipal de Beja foi oferecido pelos filhos do arqueólogo Dr. Diogo de Castro (já falecido) um pergaminho valioso para a história de Beja e que se intitula: Livro de tombo das fazendas e bens de Santiago (1474).
- * Para os devidos efeitos se declara que, por despacho ministerial de 24 de Fevereiro, foram, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 20 586, de 27 de Novembro de 1931, do artigo 2.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38 906, de 10 de Setembro de 1952, e de acordo com o estabelecido no n.º 5 do § único do artigo 20.º do Decreto n.º 46 349, de 22 de Maio de 1965 (Regimento da Junta Nacional da Educação), e no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, mandadas inventariar as espécies documentais de que é proprietário D. Marcos Soares de Albergaria de Noronha da Costa, residente na Rua de Gustavo Matos Sequeira, 28, 1.º, em Lisboa. (Diário do Governo, II Série, n.º 53, 1969-Março-4).
- * Por ter saído incompleto no Diário do Governo, n.º 44, 2.ª série, de 21 de Fevereiro de 1969, novamente se publica o seguinte:

Por despacho de 28 de Janeiro de 1969:

Autorizado o pagamento de remunerações ao pessoal incumbido do serviço de leitura complementar, diurna e nocturna, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, de harmonia com a seguinte tabela:

Pessoal do quadro:	Por hora
Segundo-bibliotecário	20\$00
Aspirante	9\$70
Contínuo de 1.ª classe	
Contínuo de 2.ª classe	7\$20

Pessoal assalariado:

1/8 do salário actualizado.

(Diário do Governo, II Série, n.º 61, 1969-Março-13).

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação Nacional, nos termos do artigo 3.º do Decreto n.º 46 439, de 22 de Maio de 1965, que a Junta Nacional da Educação tenha a constituição seguinte:

Presidente - Doutor Mário de Figueiredo.

Vice-presidente — o secretário-geral do Ministério da Edu ação Nacional.

3.ª secção (Bibliotecas e arquivos)

Presidente — o director-geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Vice-presidente — licenciado Luís Silveira.

Vogais:

Licenciado Jorge Adalberto Ferreira Peixoto.

Licenciado Mário Alberto Nunes Costa

Licenciada Rosalina Branca da Silva Cunha

Pelo inspector superior das Bibliotecas e Arquivos, que foi designado vice-presidente, licenciado Armando Nobre de Gusmão.

Pelo curso de bibliotecário-arquivista, Doutor Avelino de Jesus Costa.

O director da Biblioteca Nacional de Lisboa.

O director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

O director da Biblioteca Municipal do Porto.

- O director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- O director do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

O director do Arquivo Histórico Ultramarino.

O director do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Pelos directores de bibliotecas de escolas superiores, Doutor António Augusto Gonçalves Rodrigues.

Pelos directores de arquivos distritais, licenciado António Leandro Sequeira Alves.

Pelos directores de bibliotecas municipais, António Vítor Guerra.

(Diário do Governo, II Série, n.º 70, 1969-Março-24).

* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

Câmara Municipal de Lisboa

2.º Concurso de Promoção para Bibliotecário-chefe

Para conhecimento e demais efeitos se anuncia a abertura, pelo prazo de trinta dias, a contar da publicação do presente aviso no Diário do Governo, de concurso de promoção para provimento de um lugar de bibliotecário-chefe do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, criado por deliberação desta Câmara tomada em reunião de 22 de Novembro de 1967, aprovada por portaria do Ministério do Interior de 21 de Dezembro do mesmo ano, publicada no Diário do Governo n.º 302, 2.ª série, de 30 do mesmo mês, e dos que venham a vagar durante o prazo de validade do presente concurso.

A este 2.º concurso, por ter ficado deserto o anterior, cujo anúncio foi publicado no Diário do Governo n.º 293, 3.ª série, de 13 de Dezembro do ano findo, poderão ser admitidos, nos termos do § 1.º do artigo 17.º do Regulamento de Concursos, os bibliotecários do grupo 33 da organização de serviços, com qualquer tempo de serviço nesta categoria, e que entreguem, até às 16 horas do último dia daquele prazo, no serviço a esse fim destinado, instalado no 1.º pavimento do edifício destes Paços do Concelho, com entrada pela Rua do Comércio, requerimento em papel selado, dirigido ao presidente desta Câmara Municipal, manuscrito pelo próprio e acompanhado da declaração a que se refere o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, feita em papel selado e assinatura com reconhecimento notarial por semelhança.

O programa do concurso foi publicado no Diário do Governo n.º 282, 3.ª série, de 30 de

Novembro de 1968.

Na Direcção dos Serviços Centrais e Culturais, 2.ª Repartição (Pessoal), serão prestadas quaisquer informações respeitantes ao presente concurso. (Diário do Governo, III Série, n.º 19, 1969-Janeiro-23).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

São avisados os primeiros-bibliotecários e os primeiros-conservadores do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (redação do Decreto n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), bem como os segundos-bibliotecários e os segundos-conservadores do mesmo quadro, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do já citado Decreto-Lei n.º 46 350 (redação do Decreto n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), o seu provimento no lugar de primeiro-conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, vago pelo falecimento da licenciada Emília da Piedade de Carvalho Félix. Os requerimentos, acompanhados da declaração a que alude o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de oito dias, a contar da publicação do presente aviso no Diário do Governo. (Diário do Governo, II Série, n.º 34, 1969-Fevereiro-10).

* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

- * Licenciada Maria Emília Pereira de Figueiredo nomeada segunda-bibliotecária do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), para prestar serviço na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. (Diário do Governo, II Série, n.º 21, 1969-Janeiro-25).
- * Licenciada Maria Luísa Graça de Lemos aprovado o termo do contrato para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. (Diário do Governo, II Série, n.º 21, 1969-Janeiro-25).
- * Licenciada Maria de Lurdes Fonseca David exonerada, a seu pedido, do lugar de terceiro-bibliotecário da Biblioteca da Academia Nacional de Belas-Artes, a partir de 31 de Dezembro de 1968, por ter sido provida noutro lugar. (Diário do Governo, II Série, n.º 41, 1969-Fevereiro-18).
- * Licenciada Maria Luísa Graça de Lemos, catalogadora da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provida noutro lugar. (Diário do Governo, II Série, n.º 55, 1969-Março-6).
- * Doutor Raul Jorge Rodrigues Ventura, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nomeado bibliotecário da mesma Faculdade. (Diário do Governo, II Série, n.º 60, 1969-Março-12).

- * Licenciada Maria Emília Pereira de Figueiredo exonerada, a seu pedido, de terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (redacção do Decreto n.º 48 989, de 18 de Julho de 1968), do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por ter sido provida noutro lugar. (Diário do Governo, II Série, n.º 72, 1969-Março-26).
- * Licenciado Fernando Ferrão da Silva aprovado o termo do contrato para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes. (Diário do Governo, II Série, n.º 73, 1969-Março-27).
- * Licenciada Maria Teresa Geraldes Barbosa Acabado nomeada para, como primeiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (redacção do Decreto n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (Diário do Governo, II Série, n.º 73, 1969-Março-27).